



Número: **0800716-59.2018.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Mamanguape**

Última distribuição : **26/04/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.366,04**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA JOSE DA SILVA (AUTOR)		ROBERTA LIMA ONOFRE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13928534	26/04/2018 14:51	Petição Inicial	Petição Inicial
13928936	26/04/2018 14:51	1. PETIÇÃO INICIAL - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA	Documento de Comprovação
13928941	26/04/2018 14:51	2. PROCURAÇÃO	Procuração
13928948	26/04/2018 14:51	3. CPF	Documento de Identificação
13928960	26/04/2018 14:51	4. SINISTRO - COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação
13928966	26/04/2018 14:51	5. BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
13928974	26/04/2018 14:51	6. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação
13928978	26/04/2018 14:51	7. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação
14049843	04/05/2018 09:10	Despacho	Despacho
19593225	06/03/2019 10:13	Carta	Carta
20741852	23/04/2019 19:27	Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento
20741853	23/04/2019 19:27	AR	Aviso de Recebimento
21089465	10/05/2019 13:50	Contestação	Contestação
21089466	10/05/2019 13:50	DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_1	Documento de Comprovação
21089467	10/05/2019 13:50	DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_2	Documento de Comprovação
21089468	10/05/2019 13:50	DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_3	Documento de Comprovação
21089469	10/05/2019 13:50	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração
21089472	10/05/2019 13:50	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração
21089473	10/05/2019 13:50	CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos

22847 535	19/07/2019 11:51	Expediente	Expediente
22908 624	23/07/2019 09:53	Impugnação - Maria José	Petição
22908 626	23/07/2019 09:53	IMPUGNAÇÃO CÍVEL DPVAT - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos
26177 638	13/11/2019 21:19	Despacho	Despacho
21089 482	27/11/2019 13:41	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
26576 159	27/11/2019 13:41	PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016	Procuração
26576 160	27/11/2019 13:41	SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento
27641 895	23/01/2020 10:53	Decisão	Decisão
28157 022	11/02/2020 09:39	ROL DE QUESITOS	Petição
28157 024	11/02/2020 09:39	ROL DE QUESITOS	Outros Documentos
28810 148	05/03/2020 12:02	Expediente	Expediente
28810 800	05/03/2020 12:02	Expediente	Expediente
28810 801	05/03/2020 12:02	Mandado	Mandado
29284 861	20/03/2020 09:58	Petição	Petição
29284 870	20/03/2020 09:58	2582376_PETICAO_DE_QUESITOS_01	Outros Documentos
29812 467	13/04/2020 17:34	Petição	Petição
29812 470	13/04/2020 17:34	2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos
29812 471	13/04/2020 17:34	2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos
30316 256	01/05/2020 22:11	Termo de Audiência	Termo de Audiência
30661 838	14/05/2020 12:35	Diligência	Diligência
32151 095	08/07/2020 11:20	Decisão	Decisão
32479 439	20/07/2020 14:00	Petição	Petição
32479 441	20/07/2020 14:00	Petição - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos
33257 085	16/08/2020 07:31	Expediente	Expediente
33257 086	16/08/2020 07:31	Expediente	Expediente
33257 087	16/08/2020 07:31	Expediente	Expediente
33257 088	16/08/2020 07:31	Mandado	Mandado
33556 564	24/08/2020 22:11	Diligência	Diligência
33556 566	24/08/2020 22:11	Maria José da Silva - 716-59.18	Documento Comprovação Intimação
34983 750	01/10/2020 11:52	Expediente	Expediente
35176 393	06/10/2020 17:58	Petição	Petição
35176 396	06/10/2020 17:58	Petição de juntada- Maria Jose da Silva	Outros Documentos
35176 398	06/10/2020 17:58	Receita- MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos
35259 438	08/10/2020 11:24	Termo de Audiência	Termo de Audiência

35259 700	08/10/2020 11:24	FORMULÁRIO - 0800716-59.2018	Laudo Pericial
35783 911	22/10/2020 10:05	Termo de Audiência	Termo de Audiência
35783 921	22/10/2020 10:05	TA DE MARIA JOSE DA SILVA BANCA 2 8.40	Outros Documentos
36647 104	13/11/2020 16:41	Petição	Petição
36647 108	13/11/2020 16:41	2582376_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos
38811 453	28/01/2021 08:27	Sentença	Sentença
40081 811	02/03/2021 08:18	Petição	Petição
40081 812	02/03/2021 08:18	Execução de sentença - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos
40081 814	02/03/2021 08:18	resumoCalculo - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos

ANEXO EM PDF



Onofre Ramos Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE MAMANGUAPE - PB.

MARIA JOSÉ DA SILVA, brasileira, merendeira, portadora da cédula de identidade de nº 1.987.777/SDS/PB, e inscrita no CPF de sob o nº 714.691.254-04, residente e domiciliada no Sítio Itiopa de Baixo nº s/n, bairro Zona Rural, Itapororoca-PB, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de sua advogada, com procuração em anexo, com supedâneo nas leis 6.194/74, 8.441/92 e 11.482/2007, propor a presente:

**AÇÃO JUDICIAL DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO
(DPVAT) EM VIRTUDE DE INVALIDEZ**

Em face, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fato e jurídicos que passa a expor:

I. PRELIMINARMENTE

a) DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente a Promovente requer a Vossa Excelência que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita na conformidade do artigo 5º da Constituição Federal e com fulcro no artigo 2º, parágrafo único da Lei nº 1.060/50, e §3º do art. 99 do CPC, vez que não dispõe de recurso para custear a presente ação sem causar prejuízos do seu sustento e de sua família.

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

Por este motivo, Excelência, mesmo não sendo necessária a comprovação da necessidade de justiça, bastando apenas sua alegação, as requerentes, pela própria natureza da ação, demonstram não possuírem a menor condição de pagar as custas processuais.

b) DA COMPETÊNCIA

Na Ação de cobrança do seguro DPVAT, em relação à competência territorial para a propositura da ação, é de faculdade das partes autoras escolherem entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu, conforme Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça:

Súmula 540-STJ:

Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.

STJ. 3ª Seção. Aprovada em 10/06/2015, DJe 15/06/2015.

Ocorre que o domicílio da parte ré é na cidade do Rio de Janeiro, fato que inviabilizaria a presente ação, haja vista que a parte é hipossuficiente financeiramente e reside no Estado da Paraíba.

Deste modo, a competência territorial para a propositura da presente ação é no domicílio da parte autora e do local do acidente (cidade de Itapororoca/PB), que é o foro de Mamanguape, na Paraíba.

c) DA NECESSIDADE DE PERÍCIA - CERCEAMENTO DE DEFESA

Considerando que a parte autora não concorda com o grau da lesão apurado administrativamente pela seguradora, mostra-se imprescindível a realização de perícia médica para o deslinde do feito.

Vejamos jurisprudência:

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - CONSTATAÇÃO DE EVENTUAL INCAPACIDADE PARCIAL PERMANENTE - NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CARACTERIZADO.

Sendo imprescindível a prova pericial para se saber se a lesão que acometeu a segurada a tornou total ou parcial, e temporária ou permanentemente inválida, nula é a sentença que julgou antecipadamente a lide. RECURSO PROVIDO.

(TJ-SP 00049145120158260659 SP 0004914-51.2015.8.26.0659, Relator: Antonio Nascimento, Data de Julgamento: 28/09/2017, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: **29/09/2017**)

Neste sentido, com o intuito de evitar o pleno cerceamento de defesa, torna-se imprescindível a realização de perícia judicial para quantificação do grau de invalidez experimentado pela vítima, e, posteriormente, analisar o montante indenizatório devido.

II. DOS FATOS

No dia 09/11/15, a autora sofreu lesão de acidente de trânsito, por volta das 14:00, ao caminhar na PB 057, sentido Mamanguape, na curva da Ladeira da Ipioca, ao lado de sua irmã, Maria Luiza da Silva.

O fato ocorreu quando uma moto, que trafegava no sentido Itapororoca, não conseguiu efetuar a curva e atingiu a promotente, fugindo logo em seguida.

Após o acidente, a demandante foi socorrida por um conhecido, de alcunha "Nego", em seu próprio carro, tendo este último a conduzido ao Hospital Geral de Mamanguape.

Devido ao fato, a autora chegou ao Hospital apresentando um quadro de lesões consistente em fraturas, ferimentos e cortes na mão esquerda, joelho esquerdo e direito, e nas regiões da tíbia e fêmur (no joelho direito), onde se submeteu a diversos exames clínicos.

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

Em sede de processo administrativo, sinistro 3160270494, a promovente recebeu o benefício DPVAT no valor de **R\$ 3.307,50 reais (três mil trezentos e sete reais e cinquenta centavos)**, em razão de comprovada redução funcional dos membros e estrutura óssea afetados (invalidez permanente) – como se verifica abaixo:

← → ↻ Seguro | <https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?cpfConsultaPedido=71469125404&sinistroConsultaPedido=3160270494> 🔍 ☆ ⋮

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados
Informações Gerais

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

SINISTRO 3160270494 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA JOSE DA SILVA
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO CG (MBM)
Corretora de Seguros Ltda - MBM SEGURADORA
BENEFICIÁRIO MARIA JOSE DA SILVA
CPF/CNPJ: 71469125404

Posição em 26-04-2018 13:09:52
Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/09/2016	R\$ 3.307,50	R\$ 0,00	R\$ 3.307,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
11/10/2016	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	
15/09/2016	Interrupção de Prazo	
31/05/2016	Exigência Documental	
27/05/2016	Aviso de Sinistro	

Todavia, a causa supracitada de invalidez, conforme tabela DPVAT e relatórios médicos acostados em anexo, enseja o recebimento de benefício no **teto máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Destarte, verifica-se que o valor recebido pela autora é inferior ao devido, tendo em vista que se trata de quantia **desproporcional às lesões sofridas e ao grau de sua incapacidade**.

Deve, por isto mesmo, a mesma receber a diferença, na forma de **indenização complementar**, no importe de **R\$**

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

10.192,50 (dez mil cento e noventa e dois e cinquenta centavos).

III - DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007 (art. 8º), a autora faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas à título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, seja de modo integral ou parcial. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente,

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação mencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO [DPVAT](#). SENTENÇA PROCEDENTE EM PARTE. SUBLEVAÇÃO DO PROMOVENTE. PRETENSÃO. MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. CABIMENTO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO TRAUMATOLÓGICO. INDENIZAÇÃO FIXADA. VALOR ARBITRADO DE ACORDO COM O GRAU DA INVALIDEZ. SÚMULA Nº 474, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

- Restando devidamente comprovada, através do laudo traumatológico, a debilidade permanente do autor decorrente do acidente de trânsito, devida a indenização pretendida.

- Dispondo a lei que as indenizações serão pagas considerando o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), resta evidente que o teto indenizatório só é atingido nos casos de morte ou invalidez total permanente.

- Nos termos da Súmula nº 474, do Superior Tribunal de Justiça, "A indenização do seguro [DPVAT](#), em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

- De acordo com o enunciado sumular n° 544 do Superior Tribunal de Justiça, "é válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008". (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo N° 00035940920158150000, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES FREDERICO MARTINHO DA NOBREGA COUTINHO, j. em 17-03-2016)

Tendo em vista que a parte autora apresentou prova do acidente de trânsito e dos dados dele decorrentes, mediante laudo traumatológico, lhe é devida indenização complementar, que assegure a proporcionalidade entre as lesões sofridas e o grau de permanente e total invalidez. Assim demonstra a jurisprudência a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEITADA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. **DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO**. SINISTRO OCORRIDO EM 17.05.2007, NA VIGÊNCIA DA MP N° 340/06 CONSOLIDADA PELA LEI 11.482/07. ALTERAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO APLICÁVEL AOS ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE SUA VIGÊNCIA, QUE SE DEU EM 29.12.2006. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DE INCAPACIDADE DA PESSOA VITIMADA. SINISTRO ANTERIOR ÀS ALTERAÇÕES FEITAS PELA LEI N° 11.945/2009 À LEI N° 6.194/1974. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. APLICAÇÃO DE CIRCULAR DA SUSEP 29/1991. COMPLEMENTAÇÃO. AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. INVALIDEZ PARCIAL E INCOMPLETA. JOELHO. PROVA PERICIAL CONCLUSIVA. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE DEBILIDADE DA VÍTIMA. CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO INICIAL. QUITAÇÃO PARCIAL NA VIA ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO ADEQUADA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. APELO PROVIDO EM PARTE. Já ter recebido valores por via Administrativa não caracteriza ausência de interesse de agir já que em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede do Recurso Extraordinário 839.353/MA, ficou decidido que para a configuração do interesse de agir para a propositura de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT necessita a vítima de acidente requerer o prévio pedido administrativo. Rejeitada a preliminar de carência da ação por ausência de interesse de agir. **O pagamento da indenização em**

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

caso de invalidez deve ser proporcional à lesão e ao grau de incapacidade, como prevê as regras da SUSEP e a Súmula 474 do STJ. A Medida Provisória nº 340, posteriormente transformada na Lei nº 11.482/07, teve vigência imediata a partir de 29 de dezembro de 2006, a evidenciar que quando da ocorrência do sinistro, em 10.04.2008, o montante indenizatório máximo já era de R\$ 13.500,00. Nos casos de sinistros ocorridos antes das alterações feitas pela Lei nº 11.945/2009 à Lei nº 6.194/1974, a indenização deve ser calculada com base na tabela de graduação dos percentuais de perda constante na Circular nº 29/1991 da SUSEP. O pagamento da indenização em caso de invalidez deve ser proporcional à lesão e ao grau de incapacidade. **Tendo a parte autora recebido administrativamente indenização em valor menor que o devido, é cabível o deferimento de indenização complementar.** A correção monetária sobre o valor da complementação deve incidir desde o pagamento a menor da indenização, realizada na via administrativa. Fixação dos honorários sucumbenciais em valor razoável e que remunera o procurador da parte de forma justa, observando o § 2º do art. 85 do CPC/2015. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0001456-24.2013.8.05.0063, Relator (a): Lisbete M. Teixeira Almeida César Santos, Segunda Câmara Cível, Publicado em: 09/11/2017)

(TJ-BA - APL: 00014562420138050063, Relator: Lisbete M. Teixeira Almeida César Santos, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 09/11/2017)

Destarte, observa-se que é devido o seguro DPVAT, no valor da diferença entre o benefício já recebido e a quantia total efetivamente devida, como se verifica na jurisprudência a seguir:

APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DIFERENÇA - PEDIDO ADMINISTRATIVO - INTERESSE AGIR CONFIGURADO. 1. O STF reconheceu que, no que pertine ao DPVAT, aplica-se o contido no RE 631.240/MG, ou seja, que o conceito de interesse de agir ou processual, só se configura com a existência do binômio necessidade-utilidade e que este só se materializa mediante prévio requerimento administrativo. 2. **O pedido inicial consiste na diferença entre o valor pago administrativamente e o montante que a autora entende devido.** 3. Se houve

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

algum pagamento administrativamente é porque houve pedido nessa esfera.

(TJ-MG - AC: 10209160008113001 MG, Relator: Mota e Silva, Data de Julgamento: 31/10/2017, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 07/11/2017)

DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDOS

A responsabilidade decorrente da indenização do DPVAT é de origem contratual, havendo que incidir a correção monetária desde o fato e os juros a partir da citação do réu, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça in *verbis*:

"APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE. PRECEDENTE DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. **A correção deve incidir da data do acidente**, pois com esse critério fica mantido o poder aquisitivo da moeda, evitando-se assim sua depreciação. Sem a devida correção, há evidente prejuízo ao autor, o que não se pode admitir. (TJ-SP - APL: 10004580620148260100 SP 100045806.2014.8.26.0100, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 01/03/2016, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/03/2016)"

E ainda,

"APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE E DA CITAÇÃO, RESPECTIVAMENTE. PRECEDENTE DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). RECURSO PROVIDO. **A correção deve incidir da data do acidente, pois com esse critério fica mantido o poder aquisitivo da moeda, evitando-se assim sua depreciação.** Sem a devida correção, há evidente prejuízo ao autor, o que não se pode admitir. **Já os juros de mora devem ser calculados apenas da data da citação.** APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO. INSURGÊNCIA DO AUTOR COM RELAÇÃO AO ÔNUS SUCUMBENCIAL. INCONFORMISMO COM A IMPOSIÇÃO DE

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. AUTOR VENCEDOR NA DEMANDA RECURSO PROVIDO. Não era possível ao autor saber se a indenização seria concedida em sua integralidade, pois não detém conhecimento técnico. Além disso, foi aposentado por invalidez, o que, com certeza, o levou a considerar ter direito à integralidade da indenização prevista na lei de regência. (TJ-SP - APL: 10589087320138260100 SP 105890873.2013.8.26.0100, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 01/12/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 02/12/2015) "

DA PERÍCIA

Diante da debilidade permanente da autora e de todos os fatos alegados, é de suma importância que se faça perícia na mesma para que não reste qualquer embaraço sobre o direito pleiteado, e assim seja também por este meio comprovado o demonstrado.

IV - DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer que se digne Vossa Excelência:

a) Preliminarmente, a concessão da justiça gratuita, com base no artigo 5º da Constituição Federal, bem como no artigo 2º, parágrafo único da Lei nº 1.060/50, e §3º do art. 99 do CPC, pois o requerente passa por dificuldades financeiras, e o pagamento das devidas custas, porventura, acarretaria comprometimento do seu orçamento familiar;

b) Preliminarmente, que seja declarada a competência territorial para a propositura da presente ação no domicílio da parte autora e do acidente (cidade de Itapororoca/PB), que é o foro de Mamanguape, na Paraíba;

c) Preliminarmente, com o intuito de evitar o pleno cerceamento de defesa, torna-se imprescindível a realização de perícia judicial para quantificação do grau de

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

invalidez experimentado pela vítima, e, posteriormente, analisar o montante indenizatório devido;

d) Requer a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. [319](#), [VII](#), do [CPC/2015](#);

e) Requerer a citação via postal da requerida para, querendo, comparecer à audiência a ser designada por Vossa Excelência, bem como apresentar sua defesa, sob pena de revelia e confissão, acompanhando o feito em todos seus ulteriores atos até final decisão, que haverá por declarar a procedência da ação, condenando a requerida;

f) Requer, ainda, que a presente **AÇÃO SEJA JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE**, condenando a seguradora promovida a pagar à promovente o valor correspondente a diferença de indenização DPVAT no importe de **R\$ 10.192,50 (dez mil cento e noventa e dois e cinquenta), conforme Tabela DPVAT**, ou valor a ser arbitrado por Vossa Excelência, corrigido monetariamente pelo INPC e com a incidência de 1% de juros de moratórios até a data do efetivo pagamento, sendo este valor calculado desde a data do fato (09/11/15), no montante de R\$ **11.366 (onde mil, trezentos e sessenta e seis reais e quatro centavos)**.

g) Ademais, a parte autora **requer a produção de prova pericial** para a apuração da debilidade da autora, haja vista a certeza da invalidez parcial permanente ou total permanente;

h) Seja ré condenada ao pagamento das custas processuais que a demanda por ventura ocasionar, bem como, provas que se fizerem necessárias, conforme arbitrado por este D. Juízo;

i) Que seja a ré, também, condenada ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 20% (Vinte por cento) sobre o valor da condenação, conforme dispõe o art. 85, § 2º do CPC/15.

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Onofre Ramos Advogados

Por fim, assegura-se ainda provar ao alegado, todos os meios de provas em direito admissível, especialmente em depoimento pessoal do representante legal da seguradora promovida, das promoventes, assim como oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos.

V. VALOR DA CAUSA

a) Dar-se-á o valor da causa de 11.366 (onde mil, trezentos e sessenta e seis reais e quatro centavos), para efeitos fiscais.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

João Pessoa, 26 de abril de 2018.

ROBERTA ONOFRE RAMOS
OAB/PB 13.425

Resultado do Cálculo (em Real)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Atualizado até: 26/04/2018

Juros Incidentes: A partir do(s) Valor(es) Devido(s)

Percentual de Juros: 0,00%

VALORES DEVIDOS

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
09/11/2015	10.192,50	1,11513785	11.366,04	0,00%	0	11.366,04
Subtotal						11.366,04
Total Geral						11.366,04

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(VIVO), 987142159(OI), 91325995 (CLARO), 999188844(TIM)
E-mail: robertaonofre@gmail.com





ONOFRE RAMOS
ADVOGADOS

Av. Almirante Barroso, Vila Empresarial, 600, Sala 903, Centro, João Pessoa, Paraíba

Rua Francisco Araújo, 35, Centro, Mamanguape, Paraíba

Fone: 3031.9331 | 8714.2159 | 9132.5995 | 9682.5221

robertaonofre@gmail.com

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET AD NEGOTIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

Maria Jose da Silva, brasileira, Casada, Merendina, Portadora de R.N. 1987-777-2 em 02, EPF nº 714.691.254-04, residente no Sítio 1 Pico de Limas, S/N - Área rural - tipo - sítio 1 PB., pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui como seu bastante procurador:

OUTORGADO: ROBERTA ONOFRE RAMOS, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB/PB nº13425, residente e domiciliado, nesta capital, com escritório em João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, SL.903, Edf. Villa Empresarial, Centro, CEP 58013-120. Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro. CEP 58280-000 Fone: (83) 30319331, 87142159 (Oi), 91325995 (Claro), 96825221 (Vivo), 9918-8844 (Tim) robertaonofre@gmail.com.

PODERES: : para os quais confere os mais amplos poderes para representá-lo no Foro em geral e ilimitado, com a cláusula "AD-JUDICIA ET AD NEGOCIA ET EXTRA", para em qualquer instância judicial e/ou nos atos extra judiciais, nos termos do Art.38 do Código de Processo Civil, possa defender os interesses e direitos do outorgante, ajuizar ações na esfera **cível, trabalhista, tributário, juizado especial, bancário, Dpvt, previdenciário, administrativo, criminal**, etc, bem como com esta se apresentar e se necessário for, tratar dos assuntos referente, que a OUTORGANTE tem direito, assinando quaisquer documentos, bem como, em qualquer instancia ou Tribunal, na esfera administrativa ou judicial, perante as pessoas jurídicas de direito público, privadas e pessoas físicas, agindo em defesa dos seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras até o final da decisão, usando dos recursos e acompanhando-os em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, podendo, ditos procuradores propor e variar ações, requerer, acordar e discordar, desistir, transigir, **receber alvará judicial**, firmar compromissos, arrolar testemunhas, substabelecerem todo ou em parte, praticando, enfim, todos e quaisquer atos necessário ao fiel desempenho deste mandato e especialmente para acompanhar junto a Companhia de Seguros competentes, o seguro DPVAT (morte, invalidez permanente), podendo para tanto, dito procurador, da entrada no processo de sinistro para recebimento de indenização ou reembolso das despesas, conferindo-lhes poderes para praticar todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, com poderes específicos para receber alvará judicial, responsabilizando-se por todos os atos praticados no cumprimento deste instrumento, cessando os efeitos deste a partir da extinção do seu objetivo e interesse do outorgante.

Maria Jose da Silva - outorgante,



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Maria José da Silva, brasileira, Casada,
Mercendina, Portadora do RG nº 1.981.777-2º via, CPF nº
114.691.254-04 residente no Sit 1 Pádua de Lima, S/N
Área Rural Itaporoca PB.

declara para o fim de obtenção do benefício de assistência judiciárias, nos precisos termos do art. 1º da lei n.º 7.115, de 20 de agosto de 1983 e Lei nº 1.060/50, perante a comarca de João Pessoa -PB, que não pode arcar com as custas judiciais, sem prejuízo de suas obrigações, daí porque sua situação econômico-financeira não lhe permite pagar custas processuais e honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Declara, ainda, que é conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais (art. 2º da supracitada lei), caso o presente documento não porte verdade.

Maria José da Silva
Declarante







Roberta Onofre Ramos <robertaonofre@gmail.com>

AVISO DE PAGAMENTO - MARIA JOSE DA SILVA

1 mensagem

ADRIANA CIRNE ARAGAO <dpvat7jp@gmail.com>

27 de setembro de 2016 15:00

Para: Roberta Onofre Ramos <robertaonofre@gmail.com>, ONOFRERAMOS ADVOGADOS
<onofrerosadvogados@gmail.com>

DPVAT - Previsão de Pagamento 27/09/2016 11:04:22

PN: CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

Número Sinistro 3160270494

Nome Beneficiário MARIA JOSE DA SILVA

CPF_CNPJ 71469125404

Valor 3.307,50

Banco Agência Conta 104 00044- 089058-0

Dt. Crédito 28/09/2016

27/09/2016 15:25



Assinado eletronicamente por: ROBERTA LIMA ONOFRE - 26/04/2018 14:48:31

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18042614472565700000013599852>

Número do documento: 18042614472565700000013599852

Num. 13928960 - Pág. 1



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2016

Ocorrência nº. 0079/2016

Aos 09 dias de MARÇO de DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de MAMANGUAPE/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **WENDER GOMES BORGES DE ARAUJO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) Leonardo Souza L S do Nascimento, aí, por volta 09h:20min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

MARIA JOSÉ DA SILVA, conhecido por NANA, Identidade nº 1.987.777-SDS/PB, CPF nº 714.691.254-04, nacionalidade brasileira, estado civil: casada, profissão: merendeira, filho(a) de Manoel Francisco Da Silva E De Luiza Maria Da Conceição, natural de Itapororoca/PB, nascido(a) em 22/01/1959, do sexo feminino, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Ipioca De Baixo nº s/n, bairro zona rural - Itapororoca/PB, tendo como ponto de referência: antes do restaurante La Espanhola sentido Mamanguape, na cidade de Itapororoca/PB, fone(s) para contato: (83)- 98889-7328.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: **ACIDENTE DE TRÂNSITO;**
- 2) DATA DO FATO: 09 de 11 de 2015;
- 3) HORÁRIO: 14h:0min;
- 4) LOCAL: Na Curva Da Ladeira Da Ipioca nº s/n, bairro zona rural - Itapororoca/PB;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? NÃO;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? VÍTIMA - NÃO CONDUZIA O VEÍCULO;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VÍTIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? NÃO ENCONTRADO

6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:

NÃO ENCONTRADO

7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:

MARIA LUIZA DA SILVA - SÍTIO IPIOCA DE BAIXO - ZONA RURAL - ITAPOROROCA/PB, CELULAR REC 98889.7328 REC CARLOS

8) BREVE RESUMO DO FATO:

A NOTICIANTE CAMINHANDO NA PB 057 SENTIDO MAMANGUAPE PROXIMO A LADEIRA DA LA ESPANHOLA COM SUA IRMÃ MARIA LUIZA DA SILVA QUANDO UMA MOTO QUE TRAFEGAVA SENTIDO ITAPOROROCA NÃO CONSEGUIU FAZER A CURVA E ATINGIU A NOTICIANTE, FUGINDO EM SEGUIDA, A NOTICIANTE NÃO OBSERVOU A PLACA DA MOTO, MAS INFORMA QUE SE TRATAVA DE UM MOTO TAXI DE MAMANGUAPE, MOTO VERMELHA, EM SEGUINDA FOI SOCORRIDA POR UM CONHECIDO DA VÍTIMA CHAMADO DE "NEGO" EM SEU PRÓPRIO CARRO PARA O HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE.

9) OBSERVAÇÕES:

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

MARIA JOSÉ DA SILVA

Comunicante,

Leonardo Souza L S do Nascimento

APC Matrícula nº 181978-0





FICHA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO PACIENTE
HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE - PB

1 / 3

PACIENTE: MARIA JOSE DA SILVA
USUÁRIO: nathalia
NÚMERO DO BAM: 81155
DATA DO ATD.: 09/11/15 15:01

DATA DE NASC.: 22/01/1959
IDADE: 56 anos, 9 meses e 18 dias.

CLASSIFICAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO: VERDE

TEMPO DE CLASSIFICAÇÃO: 27 min

FLUXO: FRATURAS, FERIMENTOS E CORTES

SINAIS VITAIS

FREQUÊNCIA CARDÍACA: 0 bpm
PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA: 120 mmHg
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA: 0 mpm
PRESSÃO ARTERIAL DIASTÓLICA: 80 mmHg
HEMOGLICOTESTE (HGT): 0
SATURAÇÃO (SP02): 0
COR DA PELE:
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:
TEMPERATURA CORPORAL: 0,00
ESCALA DE DOR: 2 LEVE
QUEIXA PRINCIPAL: ac. de moto , com dor e edema em mse 1° quirodactilo e mid joelho
ÍNDICE GLASGOW NÃO INFORMADO

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
HOSPITAL GERAL
CRM-PB 5614
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
HOSPITAL GERAL
CRM-PB 5614
Médico Alta



BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

NÚMERO DE BAM: 81155

DATA DO ATENDIMENTO: 09/11/15 HORA DO ATENDIMENTO: 15:01

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: MARIA JOSE DA SILVA
NOME DA MÃE: LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO
DATA DE NASCIMENTO: 22/01/1959 IDADE: 56 Ano(s) SEXO: FEMININO
PROFISSÃO: ESCOLARIDADE:
ENDEREÇO: ipioca s/n - ZONA RURAL -
MUNICÍPIO ITAPOROROCA
TEL.: 8738-0056

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*vitória e atropelamento com
um carro e com um motor
e joelho D.*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE

*1X joelho D
1X femur D
1X resultados: 19*

*1X joelho esquerda fratura
incompleta de longo fêmur e capite*

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS AMBULATORIAIS

*1. Ducto fúneo
2. 19/10/08
3. DANIELE CRISTIANE LIMA
4. TECN. FARMACIA
5. CRM-PB 680.274
6.*

*fratura
da fêmur*

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
CIRURGIA GERAL
CRM-PB 5614
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
CIRURGIA GERAL
CRM-PB 5614
Médico Alta



BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

CARÁTER DO ATENDIMENTO: URGÊNCIA

PROCEDIMENTO - Descrição:

Imobilização

DIAGNÓSTICO:

*Fratura completa da
h. bra proximal*

MEDICAÇÃO

☒ PRESCRITA
☒ APLICADA

ENCAMINHAMENTO

☐ OBSERVAÇÃO ☐ ÓBITO ☐ OUTRO HOSPITAL
☐ INTERNAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ OUTROS

MOTIVO DA ALTA:

☐ ALTA HOSPITALAR ☐ ALTA À REVELIA ☐ EVADIU-SE

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - CARIMBO

Dr. Miguel Neves de S. Neto
CRM-PA 6614

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO





HGM

HOSPITAL GERAL
DE MAMANGUAPE

Rua: Walfredo de Almeida e Silva, S/N - Areal - Telefone: (83) 3292-9050
Mamanguape - PB - Brasil CEP: 58280-000
CNPJ: 08.778.268/0054-72

RECEITUÁRIO MÉDICO

NOME: Mr. Jon S. S. S. S.

Solicito:

1x gota de AP 1 hora
1x lema de AP 1 hora
1x med. de AP

Pronto

DATA: 09/10/15

Dr. Miguel Naves de S. Neto
CIRURGI GERAL
CRM PB 5614

MÉDICO - CRM



REQUISIÇÃO DE EXAMES (BPA-C / BPA-I)

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS)

4597233
UBS - CENTRO
CNPJ: 12.099.621/0001-53
ITAPOROROCA-PB

NOME: _____
CÓDIGO DA UNIDADE: _____ CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____ CEP: _____
MUNICÍPIO: _____ ESTADO: _____ UF: _____

PACIENTE
NOME: Mario José da Silva IDADE: _____
PROFISSÃO: _____ DOCUMENTO: _____
ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____ CEP: _____
MUNICÍPIO: _____ ESTADO: _____ UF: _____
CÓDIGO IBGE MUNICÍPIO _____ CNS: _____
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ DATA DO ATENDIMENTO: 9 / 3 / 2016
CARÁTER DO ATENDIMENTO: _____ RAÇA/COR: _____ SEXO: M

DADOS CLÍNICOS

dor na mão esquerda

MATERIAL A EXAMINAR

EXAMES SOLICITADOS

Rx da
Mão esquerda
AP perfup

CID-10 _____

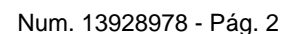
PROFISSIONAL

CBO	CNS	CARIMBO E ASSINATURA DO PROFISSIONAL
ASSINATURA DO PACIENTE		OU POLEGAR DIREITO
ASS. DO REVISOR TÉCNICO - carimbo		ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo



UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS)

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo



2ª Vara Mista de Mamanguape

0800716-59.2018.8.15.0231

AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Vistos,

1. Defiro a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98, do CPC.
2. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, **deixo de designar audiência de conciliação** (CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM), após oportuna análise da conveniência e, especialmente, considerando que é facultada a conciliação às partes em qualquer momento do processo e não há nulidade sem prejuízo.
3. **Cite-se a parte Ré para contestar** o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

4. Transcorrido o prazo concedido para a defesa e sendo esta apresentada, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, **apresentar impugnação**, CASO seja(m) lançada(s) (I) preliminares¹, (II) defesa indireta de mérito² ou (III) juntada de documentos³, permitindo-lhe a produção de prova (itens I, II e III), ou a impugnação correspondente (item III).

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado/carta.

3 de maio de 2018

JUIZ(A) DE DIREITO

Endereço para intimação/citação/notificação do(a/s) promovido(a/s)/impetrado(a/s):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Endereço: R SENADOR DANTAS, n. 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

¹ **CPC - Art. 351.** Se o réu alegar qualquer das matérias enumeradas no [art. 337](#), o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe a produção de prova. **Art. 337.** Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: I - inexistência ou nulidade da citação; II - incompetência absoluta e relativa; III - incorreção do valor da causa; IV - inépcia da petição inicial; V – preempção; VI –



litispendência; VII - coisa julgada; VIII – conexão; IX - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; X - convenção de arbitragem; XI - ausência de legitimidade ou de interesse processual; XII - falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar; XIII - indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

2 CPC - Art. 350. Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.

3 CPC - Art. 437. O réu manifestar-se-á na contestação sobre os documentos anexados à inicial, e o autor manifestar-se-á na réplica sobre os documentos anexados à contestação. § 1º Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 15 (quinze) dias para adotar qualquer das posturas indicadas no [art. 436](#). **Art. 436.** A parte, intimada a falar sobre documento constante dos autos, poderá: I - impugnar a admissibilidade da prova documental; II - impugnar sua autenticidade; III - suscitar sua falsidade, com ou sem deflagração do incidente de arguição de falsidade; IV - manifestar-se sobre seu conteúdo.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª Vara Mista de Mamanguape

PROCESSO Nº 0800716-59.2018.8.15.0231

PROCEDIMENTO COMUM (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 275 e seguintes do CPC, **CITO** Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, Endereço: R SENADOR DANTAS, n. 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **15** (quinze) dias, nos termos do artigo 222 e seguintes, do CPC. A contestação deverá ser elaborada e instruída nos moldes do art. 285 do CPC.

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

Encaminha-se anexa cópia da petição inicial.

MAMANGUAPE-PB, 6 de março de 2019.

RENATA LIMA DE SANT ANNA
SERVIDOR



PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

18042614470316600000013599829



Assinado eletronicamente por: RENATA LIMA DE SANT ANNA - 06/03/2019 10:13:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19030610134377500000019064476>

Número do documento: 19030610134377500000019064476

CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

MAMANGUAPE, 23 de abril de 2019

RENATA LIMA DE SANT ANNA





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JT 17709147 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE OF POSTING

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM

NOME OU RAZÃO

ENDEREÇO PARA D

CIDADE / LOCALITY

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

2ª Vara Mista de Mamanguape

Fórum Desembargador Miguel Levino

Av. Presidente Kennedy, S/N

Mamanguape-PB.

CEP: 58280-000

UF
BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Ao(a)

REPRESENTANTE LEGAL DA SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro

Rio de Janeiro - RJ

CEP.: 20031-205

Processo: 0800716-59.2018.8.15.0231

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	

20 MAR 2019

BIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA

RG: 20.993.830-7

20 MAR 2019

114 x 186 mm

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm



SEGUE ANEXO.



Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2016

Carta nº: 9123237

A/C: MARIA JOSE DA SILVA

Sinistro: 3160270494 ASL-0856052/16
Vitima: MARIA JOSE DA SILVA
Data Acidente: 09/11/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.dpvatsegurodotransito.com.br, ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.dpvatsegurodotransito.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à MBM SEGURADORA S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00655/00656 - carta_01



Rio de Janeiro, 30 de Maio de 2016

Carta nº: 9136130

A/C: MARIA JOSE DA SILVA

Sinistro: 3160270494 ASL-0856052/16
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA
Data Acidente: 09/11/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **14/04/2016** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **09/11/2015**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento infor. incorretas
- Comprovante de residência infor. incorretas
- Boletim de ocorrência infor. incorretas
- Declaração de Inexistência de IML infor. incorretas
- Comprovação de ato declaratório infor. incorretas
- Documentação médico-hospitalar infor. incorretas
- Documentos de identificação infor. incorretas

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na MBM SEGURADORA S/A de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00347/00348 - carta_03



Rio de Janeiro, 12 de Setembro de 2016

Carta nº: 9684693

A/C: MARIA JOSE DA SILVA

Sinistro: 3160270494 ASL-0856052/16
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA
Data Acidente: 09/11/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

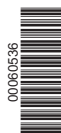
ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01071/01072 - carta_02



Rio de Janeiro, 05 de Outubro de 2016

Carta nº: 9828868

A/C: MARIA JOSE DA SILVA

Sinistro: 3160270494 ASL-0856052/16
Vitima: MARIA JOSE DA SILVA
Data Acidente: 09/11/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: MARIA JOSE DA SILVA

Valor: R\$ 3.307,50

Banco: 104

Agência: 0000044

Conta: 0000089058-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	3.307,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de uma das mãos 70%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 70%) 7,00%

Valor a indenizar: 7,00% x 13.500,00 =	R\$	945,00
--	-----	--------

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 =	R\$	2.362,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01291/01292 - carta_15R



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: **3160270494 - 1**
Nome do(a) Examinado(a): **MARIA JOSE DA SILVA**
Endereço do(a) Examinado(a): **SIT IPOCA DE CIMA nº 00 - AREA RURAL - ITAPOROROCA/PB**
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: **RG 1987777 - SSP**
Data local do exame: **23/09/2016 JOAO PESSOA/PB**

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

**FRATURA DE TÍBIA DIREITA
FERIMENTO CORTO CONTUSO NA MÃO ESQUERDA.**

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

**FRATURA DE TÍBIA DIREITA TRATADA COM CONDUTA CONSERVADORA DE IMOBILIZAÇÃO GESSADA E QUE EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DA FLEXO
EXTENSÃO DO JOELHO ESQUERDO, INSTABILIDADE ARTICULAR, MARCHA CLAUDICANTE.
FERIMENTO CORTO CONTUSO NA MÃO ESQUERDA TRATADOS COM SUTURAS LOCAIS EM 1º E 2º QUIRODÁCTILOS ESQUERDOS**

III. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo seqüela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatómicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

**LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO DO JOELHO ESQUERDO, INSTABILIDADE ARTICULAR, MARCHA CLAUDICANTE.
DEFORMIDADES ANATÔMICAS, PSEUDO ARTROSE, DESVIOS DE EIXO, ATROFIA DO 1º E 2º QUIRODÁCTILO, DÉFICIT FUNCIONAL DA
ABERTURA, FECHAMENTO E APREENSÃO DA MÃO ESQUERDA.**

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☐ Vítima em tratamento

☐ Sem seqüela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em _____ dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

MEMBRO INFERIOR DIREITO

☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

MÃO ESQUERDA

☒ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

Local e data de realização do exame médico legal:

PB - JOAO PESSOA, 23/09/2016

Médico Perito: JOAO FERNANDES DE SOUZA CRM: 2732 PB



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/05/2019 13:50:05

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051013500470300000020506872>

Número do documento: 19051013500470300000020506872

Joho Farias de Souza
CRM 118.713

Assinatura do perito Examinador - CRM





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO



AT

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Maria José da Silva
 PORTADOR(A) DO RG Nº 1.987.777 EXPEDIDO POR SSDS/PB EM 31/01/2008
 CPF 71469195404 /CNPJ 00000000-0000-00, PROFISSÃO Merendeira
 E RENDA MENSAL DE R\$ 884,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Maria José da Silva, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 004 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 89058-0

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Itapococa 14 de Abril de 2016 Maria José da Silva
 LOCAL E DATA CG CORRETORES DE SEGUROS LTDA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente); indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/05/2019 13:50:05

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051013500470300000020506872>

Número do documento: 19051013500470300000020506872

Num. 21089466 - Pág. 7



Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO



0014

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Maria José da SilvaPORTADOR(A) DO RG Nº 1.987.777CPF 734691354-24 / CNPJEXPEDIDO POR SSD51PBEM 31/03/2008

E RENDA MENSAL DE R\$ 884,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Maria José da Silva, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF, aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO

Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir)

Nº da CONTA (com dígito, se existir)

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 204Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 8044

Nº da CONTA (com dígito, se existir)

OP 023

89058-0

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Gtapononoca 14 de Abril

de 2016

LOCAL E DATA

CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016

CG
CORRETORA

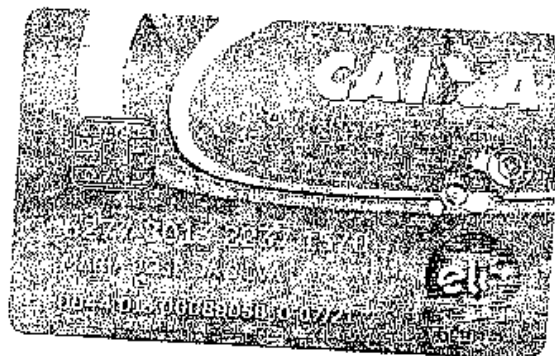
25 JUL 2016

DPVAT/PB

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$15.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodatransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-022-204.





AG 0044 OP 033

CIP 89058-0

CG
CORRETORA
25 JUL 2016
DPVAT/PB





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2016

Ocorrência nº. 0079/2016

Aos 09 dias de MARÇO de DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de MAMANGUAPE/PB, na Delegacia de Policia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **WENDER GOMES BORGES DE ARAUJO**, Delegado(a) de Policia Civil, comigo, escrivão(o) Leonardo Souza L S do Nascimento, ai, por volta 09h:20min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

MARIA JOSÉ DA SILVA, conhecido por NANA, Identidade nº 1.987.777-SDS/PB, CPF nº 714.691.254-04, nacionalidade brasileira, estado civil: casada, profissão: merendeira, filho(a) de Manoel Francisco Da Silva E De Luiza Maria Da Conceição, natural de Itapororoca/PB, nascido(a) em 22/01/1959, do sexo feminino, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Ipioca De Baixo nº s/n, bairro zona rural - Itapororoca/PB, tendo como ponto de referência: antes do restaurante La Espanhola sentido Mamanguape, na cidade de Itapororoca/PB, fone(s) para contato: (83)- 98889-7328.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Policia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: **ACIDENTE DE TRÂNSITO;**
- 2) DATA DO FATO: 09 de 11 de 2015;
- 3) HORÁRIO: 14h:0min;
- 4) LOCAL: Na Curva Da Ladeira Da Ipioca nº s/n, bairro zona rural - Itapororoca/PB;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? NÃO;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? VITIMA - NÃO CONDUZIA O VEÍCULO;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VITIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? NÃO ENCONTRADO

6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:

NÃO ENCONTRADO

7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:

MARIA LUIZA DA SILVA - SÍTIO IPIOCA DE BAIXO - ZONA RURAL - ITAPOROROCA/PB, CELULAR REC 98889.7328 REC CARLOS

8) BREVE RESUMO DO FATO:

A NOTICIANTE CAMINHANDO NA PB 057 SENTIDO MAMANGUAPE PROXIMO A LADEIRA DA LA ESPANHOLA COM SUA IRMÃ MARIA LUIZA DA SILVA QUANDO UMA MOTO QUE TRAFEGAVA SENTIDO ITAPOROROCA NÃO CONSEGUIU FAZER A CURVA E ATINGIU A NOTICIANTE, FUGINDO EM SEGUIDA, A NOTICIANTE NÃO OBSERVOU A PLACA DA MOTO, MAS INFORMA QUE SE TRATAVA DE UM MOTO TAXI DE MAMANGUAPE, MOTO VERMELHA, EM SEGUIDA FOI SOCORRIDA POR UM CONHECIDO DA VITIMA CHAMADO DE "NEGO" EM SEU PRÓPRIO CARRO PARA O HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE.

9) OBSERVAÇÕES:

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, val devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrivão(o) que digitei.

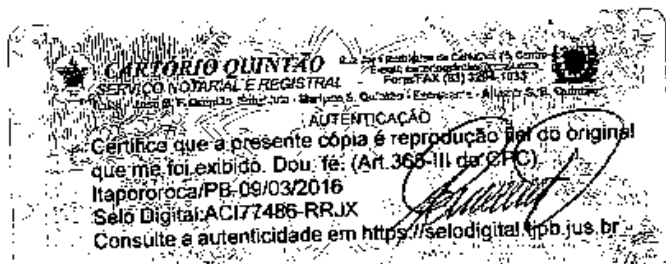
Maria Jose da Silva

MARIA JOSÉ DA SILVA

Comunicante

Leonardo Souza L S do Nascimento

APC Matrícula nº 181978-0



Adriano Cirne Aragão
33/04/2016
[Signature]





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2016

Ocorrência nº 0079/2016

Aos 09 dias de MARÇO de DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de MAMANGUAPE/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **WENDER GOMES BORGES DE ARAUJO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrivão(o) **Leonardo Souza L S do Nascimento**, ai, por volta 09h:20min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

MARIA JOSÉ DA SILVA, conhecido por NANA, Identidade nº 1.987.777-SDS/PB, CPF nº 714.691.254-04, nacionalidade brasileira, estado civil: casada, profissão: merendeira, filho(a) de Manoel Francisco Da Silva E De Luiza Maria Da Conceição, natural de Itapororoca/PB, nascido(a) em 22/01/1959, do sexo feminino, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Ipioca De Baixo nº s/n, bairro zona rural - Itapororoca/PB, tendo como ponto de referência: antes do restaurante La Espanhola sentido Mamanguape, na cidade de Itapororoca/PB, fone(s) para contato: (83)- 98889-7328.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) DATA DO FATO: 09 de 11 de 2015;
- 3) HORÁRIO: 14h:00min;
- 4) LOCAL: Na Curva Da Ladeira Da Ipioca nº s/n, bairro zona rural - Itapororoca/PB;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? NÃO;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? VÍTIMA - NÃO CONDUZIA O VEÍCULO;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VÍTIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? NÃO ENCONTRADO

6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:
NÃO ENCONTRADO

7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:

MARIA LUIZA DA SILVA - SÍTIO IPIOCA DE BAIXO - ZONA RURAL - ITAPORORÓCA/PB, CELULAR REC 98889-7328 REC CARLOS

8) BREVE RESUMO DO FATO:

A NOTICIANTE CAMINHANDO NA PB 057 SENTIDO MAMANGUAPE PROXIMO A LADEIRA DA LA ESPANHOLA COM SUA IRMÃ MARIA LUIZA DA SILVA QUANDO UMA MOTO QUE TRAFEGAVA SENTIDO ITAPORORÓCA NÃO CONSEGUIU FAZER A CURVA E ATINGIU A NOTICIANTE, FUGINDO EM SEGUIDA, A NOTICIANTE NÃO OBSERVOU A PLACA DA MOTO, MAS INFORMA QUE SE TRATAVA DE UM MOTO TAXI DE MAMANGUAPE, MOTO VERMELHA, EM SEGUIDA FOI SOCORRIDA POR UM CONHECIDO DA VÍTIMA CHAMADO DE "NEGO" EM SEU PRÓPRIO CARRO PARA O HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE.

9) OBSERVAÇÕES:

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, val. devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrivão(o) que digital.

Maria José da Silva

MARIA JOSÉ DA SILVA

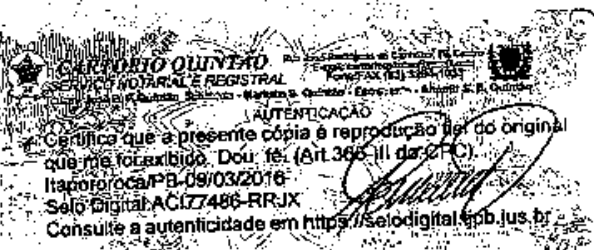
Comunicante

Leonardo Souza L S do Nascimento
APC Matrícula nº 181978-0

CG
CORRETORA

25 JUL. 2016

DPVAT/PB



Adriana Cirne Aragão
35/04/2016
Adriana



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, Maria Jose da Silva, portador da carteira de identidade nº 1.987.777 e inscrito no CPF/MF sob o nº 724.691.254-04, residente e domiciliado na Sítio Jeioica de Cima Sine - Área Rural Cidade Itaporonoca, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Maria Jose da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Itaporonoca PB. 14/04/2016

Local e data

Adriana Cirne Aragão
Data: 15/04/2016



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, Maria Jose da Silva, portador da carteira de identidade nº 1.987.777 e inscrito no CPF/MF sob o nº 724.691.254-04, residente e domiciliado na Sítio Jeioica de Cima Sine - Área Rural Cidade Itaporonoca, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Maria Jose da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Itaporonoca PB. 14/04/2016

Local e data

Adriana Cirne Aragão
Data: 15/04/2016



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, Maria Jase da Silva, portadora da carteira de
 identidade nº 1.987.777 e inscrito no CPF/MF sob o nº 334.691.254-04
 residente e domiciliado na Sítio Jevoa de Cima
 Cidade Itaporaoca Estado PB Sine - Área Rural
 estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de
 indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- (X) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
 () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de
 prova do Seguro DPVAT; ou
 () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo
 superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de
 invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração
 permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico
 Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Lider DPVAT para a
 correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº
 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia
 concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu
 conteúdo.

Maria Jase da Silva

Assinatura do declarante
 conforme documento de identificação

CG
 CORRETORA
 25 JUL 2016
 DPVAT/PB

Itaporaoca PB 14/04/2016

Local e data

Adriano Cirne Aragão
 Data: 25/04/2016



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, Maria Jase da Silva, portadora da carteira de
 identidade nº 3.987.777 e inscrito no CPF/MF sob o nº 334.691.254-04
 residente e domiciliado na Sítio Jevoa de Cima
 Cidade Itaporaoca Estado PB Sine - Área Rural
 estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de
 indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- (X) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
 () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de
 prova do Seguro DPVAT; ou
 () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo
 superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de
 invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração
 permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico
 Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Lider DPVAT para a
 correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº
 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia
 concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu
 conteúdo.

Maria Jase da Silva

Assinatura do declarante
 conforme documento de identificação

CG
 CORRETORA
 25 JUL 2016
 DPVAT/PB

Itaporaoca PB 14/04/2016

Local e data

Adriano Cirne Aragão
 Data: 25/04/2016





BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

NÚMERO DE BAM: 81155

DATA DO ATENDIMENTO: 09/11/15 HORA DO ATENDIMENTO: 15:01

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: MARIA JOSE DA SILVA

NOME DA MÃE: LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

CARTÃO DO SUS: 838004507185442

DATA DE NASCIMENTO: 22/01/1959

IDADE:

56 Anos (s)

SEXO: FEMININO

PROFISSÃO:

ESCOLARIDADE:

ENDEREÇO: Ipiocá s/n - ZONA RURAL -

MUNICÍPIO ITAPORORÓCA

TEL.: 8738-0056

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*Atena e adequadamente em
com queda e com em mais exames
e joelho D.*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE

*2x joelho D
1x femur D
2x resultados: eq*

*2x joelho esquerda fratura
incompleta de longo fêmur e epifise*

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS AMBULATORIAIS

Dois furos

long

*Atena 1
1a fase*

CG CORRETIMA DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016

Adp

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5614
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5614
Médico Atia





BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

NÚMERO DE BAM: 81155

DATA DO ATENDIMENTO: 09/11/15 HORA DO ATENDIMENTO: 15:01

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: MARIA JOSE DA SILVA

NOME DA MÃE: LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

CARTÃO DO SUS: 838004507185442

DATA DE NASCIMENTO: 22/01/1959

IDADE:

56 Anos (s)

SEXO: FEMININO

PROFISSÃO:

ESCOLARIDADE:

ENDEREÇO: Ipiocá s/n - ZONA RURAL -

MUNICÍPIO ITAPORORÓCA

TEL.: 8738-0056

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*Atena e adequadamente em
com queda e com em mais exames
e joelho D.*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE

*2x joelho D
1x femur D
2x resultados: eq*

*2x joelho esquerda fratura
incompleta de longo fêmur e epifise*

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS AMBULATORIAIS

Dois furos

long

em 19/10/15

*Atena 1
1a fase*

CG CORRETIMA DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016

Adp

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Atia





(ATO) BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

NÚMERO DE EM: 81155

DATA DO ATENDIMENTO: 09/11/15 HORA DO ATENDIMENTO: 15:01

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: MARIA JOSE DA SILVA

NOME DA MÃE: LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

CARTÃO DO SUS:

838004507185442

DATA DE NASCIMENTO: 22/01/1959

IDADE:

56 Anos

SEXO:

FEMININO

PROFISSÃO:

ENDEREÇO: Ipioca s/n - ZONA RURAL -

MUNICÍPIO ITAPOROROCA

ESCOLARIDADE:

TEL: 8738-0056

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

anamnese e exame físico em anexo

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE

2x joelho D
2x joelho S
2x tornozelo S
RESULTADOS:

CG
CORRETORA
25 JUL. 2016
DPVAT/PB

2x joelho evidenciada fratura
incompleta da longa fíbula e epífise
MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS AMBULATORIAIS

CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Adriano Cirne Aragão
Data: 25/04/2016

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Atia





(ATO) BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

NÚMERO DE BEM: 81155

DATA DO ATENDIMENTO: 09/11/15 HORA DO ATENDIMENTO: 15:01

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: MARIA JOSE DA SILVA

NOME DA MÃE: LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

CARTÃO DO SUS:

838004507185442

DATA DE NASCIMENTO: 22/01/1959

IDADE:

56 Anos

SEXO:

FEMININO

PROFISSÃO:

ENDEREÇO: Ipioca s/n - ZONA RURAL -

MUNICÍPIO ITAPOROROCA

ESCOLARIDADE:

TEL: 8738-0056

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

anamnese e exame físico em anexo

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE

Rx joelho D
Rx joelho S
Rx joelho S

RESULTADOS:

2x joelho evidenciada fratura incompleta da longa fíbula e epífise distal
docto fíbula fratura

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS AMBULATORIAIS

CG
CORRETORA
25 JUL. 2016
DPVAT/PB

CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Adriano Cirne Aragão
Data: 25/04/2016

Adp

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Atia



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 28/09/2016

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 3.307,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARIA JOSE DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00044

CONTA: 000000089058-0

Nr. da Autenticação DAAD3FC8820F9D79





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Maria Jose da Silva

RG nº 1.987.777, data de expedição 31/03/2008, Órgão SSD SIRE

CPF nº 734.691.264-04, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Sítio Ipioca de Cima</u>
Número	<u>51º</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Area Rural</u>
Cidade	<u>Itapororoca</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58275-000</u>
Telefone de Contato	<u>83 99918-8844 83 99682-5221</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Itapororoca/PB - 14/04/2016

Assinatura do Declarante: Maria Jose da Silva

CG CORREÇÃO DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão

Data: 15/04/2016





SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS

ID

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA Maria Jose da Silva
DATA DO ACIDENTE 09/11/2015 CPF DA VÍTIMA 734.691.254-04
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ VÍTIMA ☐ REPRESENTANTE LEGAL, CLUIO PARANTESCO COM A VÍTIMA É
ENDEREÇO DO PORTADOR Sítio Jpioca de Cima
Nº 519º COMPLEMENTO Area Rural
CIDADE Itapocoroca UF PA CEP 58275-000
E-MAIL 93.9889.7328 TELEFONE

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA.
☒ BOLÉTIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☒ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- ☐ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM OCORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
☐ NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO:
• MORTE = R\$ 13.500,00
• INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
• DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.
• O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.
• COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO.
• PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSO WWW.MBMDPVAT.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS 0800 541 2555

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 14/04/2016
CPF 734.691.254-04
ASSINATURA Maria Jose da Silva

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA 12/04/2016
NOME Adriano Cirne Aragão
ASSINATURA Adriano Cirne Aragão



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/05/2019 13:50:05

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051013500470300000020506872>

Número do documento: 19051013500470300000020506872



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Maria Jose da Silva

RG nº 1.987.777, data de expedição 31/03/2008, Órgão SSD SIRE

CPF nº 734.691.264-04, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Sítio Ipioca de Cima</u>
Número	<u>51º</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Area Rural</u>
Cidade	<u>Itapororoca</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58275-000</u>
Telefone de Contato	<u>83 99918-8844 83 99682.5221</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Itapororoca/PB - 14/04/2016

Assinatura do Declarante: Maria Jose da Silva

CG CORREÇÃO DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão

Data: 15/04/2016





SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS

ID

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA Maria Jose da Silva
DATA DO ACIDENTE 09/11/2015 CPF DA VÍTIMA 734.691.254-04
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ VÍTIMA ☐ REPRESENTANTE LEGAL, CLUIO PARANTESCO COM A VÍTIMA É
ENDEREÇO DO PORTADOR Sítio Jpioca de Cima
Nº 51º COMPLEMENTO Area Rural
CIDADE Itapocoroca UF PR CEP 58275-000
E-MAIL 93.9889.7328 TELEFONE

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
☒ BOLÉTIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☒ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- ☐ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM OCORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
☐ NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
• MORTE = R\$ 13.500,00
• INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
• DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.
• O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
• COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
• PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSO WWW.MBMDPVAT.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS 0800 541 2555

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 14/04/2016CPF 734.691.254-04ASSINATURA Maria Jose da Silva

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA 14/04/2016CPF 9210412036ASSINATURA Adriano Cirne Aragão

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/05/2019 13:50:06

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051013500578900000020506873>

Número do documento: 19051013500578900000020506873



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Maria José da Silva

RG nº 1.987.777, data de expedição 31/03/2008, Órgão SSD SIBB

CPF nº 714.691.264-04, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	Sítio Ipococa de Lima	
Número	5179	
Apto / Complemento		
Bairro	Área Rural	
Cidade	Itapororoca	
Estado	PB	
CEP	58275-000	
Telefone de Contato	83 99919.8844	83 99682.5221
E-mail		

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Itapororoca/PB - 14/04/2016

Assinatura do Declarante: Maria José da Silva

CG
CORRETORA
25 JUL. 2016
DPVAT/PB

CG CORRETORA DE SEGUROS CIG-

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016

[Assinatura]





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Maria José da Silva

RG nº 1.987.777, data de expedição 31/03/2008, Órgão SSD S1RB

CPF nº 714.691.264-04, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	Sítio Ipococa de Lima	
Número	5179	
Apto / Complemento		
Bairro	Área Rural	
Cidade	Itapororoca	
Estado	PB	
CEP	58275-000	
Telefone de Contato	83 99919.8844	83 99682.5221
E-mail		

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Itapororoca/PB - 14/04/2016

Assinatura do Declarante: Maria José da Silva

CG
CORRETORA
25 JUL. 2016
DPVAT/PB

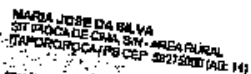
CG CORRETORA DE SEGUROS CIG-

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016

[Assinatura]





CROSSING: RESIDENCE
RURAL: 10-17-1983-1340
IP number: 1000000000

Wilmington Feb/2018
Eindusdo 28/02/2018

[illegible]

Nota Fiscal/Guia de Recibo e Entrega de Mercadorias 2008/02
 Código para emissão Automática: 0000337246

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196

Nota Fiscal/Guia de Recibo e Entrega de Mercadorias 2008/02
 Código para emissão Automática: 0000337246

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora):

6/335245-7

Canal de contato

Feb 7 2018

Apresentação

Canal de contato

29/02/2016

Data prevista da
prossima lettura

30/03/2018

CPF/CNPJ/RANT

74
Inst. Eng.

Faturas em atraso

[illegible]

Atual

Constante

Conclusions—

Fig.

3

04/02/2016
05/01/2018
07/12/2015
08/11/2015

Description
 List of Disposition
 etc & Volume
 9

Demonstration

© 2004 Blackwell Publishing Ltd

Page 3

Value added

COMPENSATION: LAST AVERAGE SET, FOR BEN SECOND FAC. AGE 22.15

Historico de Consumo
(kWh)

Jan/18	
Oct/15	0
Nov/15	17
Oct/15	8
Sep/15	29
Aug/15	12
Jul/15	29
Jun/15	22
May/15	17
Apr/15	12
Mar/15	33
Feb/15	0

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR IPI
ICMS	0,00	0,00	0,00
IPI	14,53	1,8200	0,14
COPIS	14,53	0,0000	0,00
VENCIMENTO			0,14

VENCIMENTO
07/03/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 18,19

CG
CORRETORA

25 JUL 2016

DPVAT/PB

CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Araújo

Date: 20/04/2016

Ed





BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

CARÁTER DO ATENDIMENTO: URGÊNCIA

PROCEDIMENTO - Descrição:

Imobilização

DIAGNÓSTICO:

*Fratura completa da
h. 6.ª proximal*

MEDICAÇÃO

☒ PRESCRITA
☐ APLICADA

ENCAMINHAMENTO

☐ OBSERVAÇÃO ☐ ÓBITO ☐ OUTRO HOSPITAL
☐ INTERNAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ OUTROS

MOTIVO DA ALTA:

☐ ALTA HOSPITALAR ☐ ALTA À REVELIA ☐ EVADIU-SE

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - CARIMBO

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU PLEGAR DIREITO

LA DE SEGUROS LTDA

Giliano Cirne Aragão
25/04/2016

[Signature]



GOVERNO
DO PARÁ

HGM

HOSPITAL GERAL
DE MAMANGUAPE

Rua: Walfrido de Almeida e Silva, S/N - Areal - Telefone: (83) 3292-9050
Mamanguape - PB - Brasil CEP: 58280-000
CNPJ: 08.778.268/0054-72

RECEITUÁRIO MÉDICO

NOME: Ms João da Silva

Soluções:

rx glicose 3 AP 1mg
rx heparina 3 AP 1mg
rx insulina 1P

Ramos

UNICORRETESA DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão

Data:

05/04/2016

[Assinatura]

Dr. Miguel Alves de S. Neto
CIRURGIÃO GERAL
CRM-PB 6814

DATA: 09.10.15

MÉDICO - CRM





FICHA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO PACIENTE

1/3

HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE - PB

PACIENTE: MARIA JOSE DA SILVA

DATA DE NASC.: 22/01/1958

USUÁRIO: riathalia

IDADE: 56 anos, 9 meses e 18 dias

NÚMERO DO BAM: 81155

DATA DO ATD.: 09/11/15 15:01

CLASSIFICAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO: VERDE

TEMPO DE CLASSIFICAÇÃO: 27 min

FLUXO: FRATURAS, FERIMENTOS E CORTES

SINAIS VITAIS

FREQUÊNCIA CARDÍACA: 0 bpm

PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA: 120 mmHg

FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA: 0 rpm

PRESSÃO ARTERIAL DIÁSTÓLICA: 80 mmHg

HÉMOGLICOTESTE (HGT): 0

SATURACÃO (SP02): 0

COR DA PELE:

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:

TEMPERATURA CORPORAL: 0,00

ESCALA DE DOR: 2 LEVE

QUEIXA PRINCIPAL: ac. de moto, com dor e edema em msa 1º quirodactilo e mjd joelho

ÍNDICE GLASGOW NÃO INFORMADO

CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Adriano Cirne Aragão

Data:

35/04/2016

[Handwritten signature]

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
HOSPITAL GERAL
CAMS-PB 5614
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
HOSPITAL GERAL
CAMS-PB 5614
Médico Alta





RELATÓRIO MÉDICO

Paciente MARIA JOSÉ DA SILVA, 56 anos, dando o primeiro atendimento no Hospital Geral de Mamanguape no dia 09/11/2015 as 15:01 horas, inscrito sob o BAM nº. 81155. Sua mãe chama LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

O referido paciente deu entrada no serviço após relato de atropelamento e com queixa de dor em mão E e joelho D. consciente e orientado. Glasgow 15. Feito medicamentos, Rx. Encaminhada para o serviço de referencia devido fratura de Tibia.

V29,9, T13,0

Mamanguape, 28/01/2016

Francilino R. Leite Rangel
Endocrinologia & Metabologia
CRM 8814
Francilino Rodrigues Leite Rangel

*

CG CORRETORES DE SEGUROS LTDA.

Adriana Cirne Aragão

Data:

25/04/2016

[Handwritten signature]





RELATÓRIO MÉDICO

Paciente MARIA JOSÉ DA SILVA, 56 anos, dando o primeiro atendimento no Hospital Geral de Mamanguape no dia 09/11/2015 as 15:01 horas, inscrito sob o BAM nº. 81155. Sua mãe chama LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

O referido paciente deu entrada no serviço após relato de atropelamento e com queixa de dor em mão E e joelho D. consciente e orientado. Glasgow 15. Feito medicamentos, Rx. Encaminhada para o serviço de referencia devido fratura de Tibia.

V29,9, T13,0

Mamanguape, 28/01/2016

Francilino R. Leite Rangel
Endocrinologia & Metabologia
CRM 8814

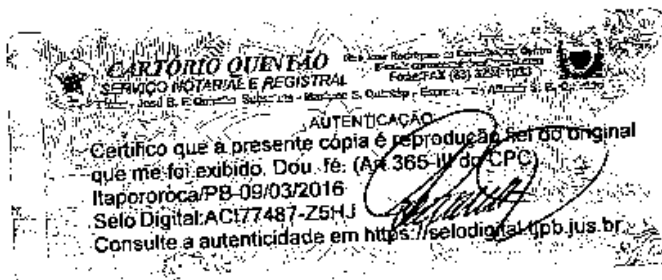
Francilino Rodrigues Leite Rangel

CO CORREVIDA DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016

[Handwritten signature]



PREFEITURA DE
ITAPOROROCA
CIDADANIA PARA TODOS

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA
SECRETARIA DE SAÚDE

RECEITUÁRIO

Nome do Paciente:

Maíre Jui de Sel

Data:

14 / 3 / 2016

Prontuário:

- PSF do
seu bairro

- Secretaria
de Saúde
do seu
Município

Atesto que o
deu de fim
que a paciente
Maíre Jui de
Silva apresenta
impotência funcional
da mão esquerda
com lesão
do plexo braquial
esquerdo

ITAPOROCA

Dr. Melhore sua vida.

Dr. Wilson
Médico
CRM - PB 5484

CO CORREDEIRA DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016

RDP





BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

CARÁTER DO ATENDIMENTO: URGÊNCIA

PROCEDIMENTO - Descrição:

Imobilização

DIAGNÓSTICO:

*Fra. fêmur com um plano de
fratura proximal*

MEDICAÇÃO

☒ PRESCRITA
☐ APLICADA

ENCAMINHAMENTO

☐ OBSERVAÇÃO ☐ ÓBITO ☐ OUTRO HOSPITAL
☐ INTERNAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ OUTROS

MOTIVO DA ALTA:

☐ ALTA HOSPITALAR ☐ ALTA À REVELIA ☐ EVADIU-SE

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - CARIMBO

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

LA DE SEGUROS LTDA

Giliano Cirne Aragão
25/04/2016

[Handwritten signature]



GOVERNO
DO PARÁ

HGM

HOSPITAL GERAL
DE MAMANGUAPE

Rua: Walfrido de Almeida e Silva, S/N - Areal - Telefone: (83) 3292-9050
Mamanguape - PB - Brasil CEP: 58280-000
CNPJ: 08.778.268/0054-72

RECEITUÁRIO MÉDICO

NOME: Ms. Jora da Silva

Soluções:

rx glicose 3 AP 1mg
rx heparina 3 AP 1mg
rx insulina 1P

Ramos

UNICORRETESA DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão
Data: 05/04/2016

[Assinatura]

Dr. Miguel Naves de S. Neto
CIRURGIÃO GERAL
CRM-PB 6814

DATA: 09/10/15

MÉDICO - CRM





FICHA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO PACIENTE

1/3

HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE - PB

PACIENTE: MARIA JOSE DA SILVA

DATA DE NASC.: 22/01/1958

USUÁRIO: riathalia

IDADE: 56 anos, 9 meses e 18 dias

NÚMERO DO BAM: 81155

DATA DO ATD.: 09/11/15 15:01

CLASSIFICAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO: VERDE

TEMPO DE CLASSIFICAÇÃO: 27 min

FLUXO: FRATURAS, FERIMENTOS E CORTES

SINAIS VITAIS

FREQUÊNCIA CARDÍACA: 0 bpm

PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA: 120 mmHg

FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA: 0 rpm

PRESSÃO ARTERIAL DIÁSTÓLICA: 80 mmHg

HÉMOGLICOTESTE (HGT): 0

SATURACÃO (SP02): 0

COR DA PELE:

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:

TEMPERATURA CORPORAL: 0,00

ESCALA DE DOR: 2 LEVE

QUEIXA PRINCIPAL: ac. de moto, com dor e edema em msa 1º quirodactilo e mjd joelho

ÍNDICE GLASGOW NÃO INFORMADO

CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Adriano Cirne Aragão

Data:

35/04/2016

[Handwritten signature]

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
HOSPITAL GERAL
CAMS-PB 5614
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
HOSPITAL GERAL
CAMS-PB 5614
Médico Alta





RELATÓRIO MÉDICO

Paciente MARIA JOSÉ DA SILVA, 56 anos, dando o primeiro atendimento no Hospital Geral de Mamanguape no dia 09/11/2015 as 15:01 horas, inscrito sob o BAM nº. 81155. Sua mãe chama LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

O referido paciente deu entrada no serviço após relato de atropelamento e com queixa de dor em mão E e joelho D. consciente e orientado. Glasgow 15. Feito medicamentos, Rx. Encaminhada para o serviço de referencia devido fratura de Tibia.

V29,9, T13,0

Mamanguape, 28/01/2016

Francilino R. Leite Rangel
Endocrinologia & Metabologia
CRM 8814
Francilino Rodrigues Leite Rangel

*

CG CORRETESA DE SEGUROS LTDA.

Adriana Cirne Aragão

Data:

25/04/2016

[Handwritten signature]





RELATÓRIO MÉDICO

Paciente MARIA JOSÉ DA SILVA, 56 anos, dando o primeiro atendimento no Hospital Geral de Mamanguape no dia 09/11/2015 as 15:01 horas, inscrito sob o BAM nº. 81155. Sua mãe chama LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

O referido paciente deu entrada no serviço após relato de atropelamento e com queixa de dor em mão E e joelho D. consciente e orientado. Glasgow 15. Feito medicamentos, Rx. Encaminhada para o serviço de referencia devido fratura de Tibia.

V29,9, T13,0

Mamanguape, 28/01/2016

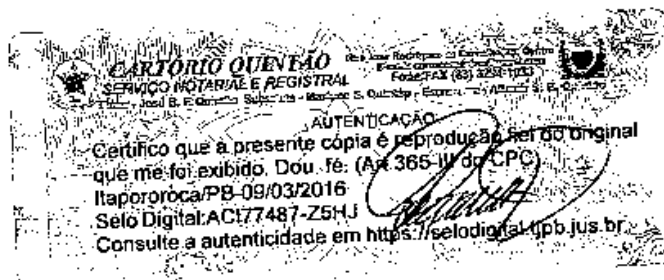
Francilino R. Leite Rangel
Endocrinologia & Metabologia
CRM 8814

Francilino Rodrigues Leite Rangel

CO CORREVIDA DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016



PREFEITURA DE
ITAPOROROCA
CIDADANIA PARA TODOS

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA
SECRETARIA DE SAÚDE

RECEITUÁRIO

Nome do Paciente:

Maíre Jui de Sel

Data:

14 / 3 / 2016

Prontuário:

- PSF do
seu bairro

- Secretaria
de Saúde
do seu
Município

Atesto que o
deu de fim
que a paciente
Maíre Jui de
Silva apresenta
impotência funcional
da mão esquerda
com lesão
do plexo braquial
esquerdo

ITAPOROCA

Dr. Melhore sua vida.

Dr. Wilson
Médico
CRM - PB 5484

CO CORREDEIRA DE SEGUROS LTDA

Adriana Cirne Aragão

Data: 25/04/2016

RDP





HGM
HOSPITAL GERAL
DE MAMANGUAPE



BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

NÚMERO DE BAMB: 81155

DATA DO ATENDIMENTO: 09/14/15 HORA DO ATENDIMENTO: 15:01

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: MARIA JOSE DA SILVA

NOME DA MÃE: LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

CARTÃO DO SUS:

898004507185442

DATA DE NASCIMENTO: 22/01/1959

IDADE:

56 Ano(s)

SEXO: FEMININO

PROFISSÃO:

ESCOLARIDADE:

ENDEREÇO: Ipioca s/n - ZONA RURAL -

MUNICÍPIO ITAPORORÓCA

TEL: 8738-0656

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Historia de afecção pulmonar há 10 anos, com tosse e expectoração com sangue.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE

Ex. físico D
Ex. físico P
Ex. físico S
RESULTADOS:

Ex. físico com sinais de insuficiência cardíaca e pulmonar.

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS AMBULATORIAIS

Quanto a exames laboratoriais

CG CORRETORIA DE SEGUROS LTDA

Adriano Cirne Aragão

09/14/2015

pop

TELEFONE: 8738-0656
ENDEREÇO: IPIÓCA S/N - ZONA RURAL - ITAPORORÓCA - PB 56037-0

CG
CORRETORA
25 JUL 2015
DPVAT/PB

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Alta





BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

CARATER DO ATENDIMENTO: URGÊNCIA

PROCEDIMENTO - Descrição:

1 - 816, 3000

DIAGNÓSTICO:

Fratura cominada da tíbia proximal

MEDICAÇÃO

ENCAMINHAMENTO

☒ PRESCRITA
☐ APLICADA

☐ OBSERVAÇÃO
☐ INTERNAÇÃO

☐ ÓBITO
☐ RESIDÊNCIA

☐ OUTRO HOSPITAL
☐ OUTROS

MOTIVO DA ALTA:

☐ ALTA HOSPITALAR

☐ ALTA À REVELIA

☐ EVADIU-SE

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - CARIMBO

Dr. Miguel Neres de S. Neto
CRIMPROF 15614

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO



CA DE SEGUROS LTDA
Marina Cirne Aragão
25/04/2016
[Signature]





HGM
HOSPITAL GERAL
DE MAMANGUAPE



BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

NÚMERO DE BAMB: 81155

DATA DO ATENDIMENTO: 09/14/15 HORA DO ATENDIMENTO: 15:01

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: MARIA JOSE DA SILVA

NOME DA MÃE: LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

CARTÃO DO SUS:

898004507185442

DATA DE NASCIMENTO: 22/01/1959

IDADE:

56 Ano(s)

SEXO: FEMININO

PROFISSÃO:

ESCOLARIDADE:

ENDEREÇO: Ipioca s/n - ZONA RURAL -

MUNICÍPIO ITAPORORÓCA

TEL: 8738-0656

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*Historia de afecção pulmonar há
um tempo e com exacerbação
e febre de 38,5°C em mais de uma*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE

*rx joelho D
rx joelho S
rx tórax*

RESULTADOS:

*rx joelho esquerda fratura
incompleta da lâmina anterior da epifise*

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS AMBULATORIAIS

dois frascos longa duração

CG
CORRETORA
25 JUL 2016
DPVAT/PB

CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Adriano Cirne Aragão

09/14/2016

Paciente/Responsável

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Atendimento

Dr. Miguel Neves de S. Neto
Cirurgia Geral
CRM-PB 5514
Médico Alta



BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

CARATER DO ATENDIMENTO: URGÊNCIA

PROCEDIMENTO - Descrição:

1 - SUT, 2 -

DIAGNÓSTICO:

Fratura cominada da tíbia proximal

MEDICAÇÃO

ENCAMINHAMENTO

☒ PRESCRITA ☐ OBSERVAÇÃO ☐ OBITO ☐ OUTRO HOSPITAL
☐ APLICADA ☐ INTERNAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ OUTROS

MOTIVO DA ALTA:

☐ ALTA HOSPITALAR ☐ ALTA À REVELIA ☐ EVADIU-SE

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - CARIMBO

Dr. Miguel Neres de S. Neto
CRIMPERS

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU PLEGAR DIREITO

CG
CORRETORA

25 JUL. 2016

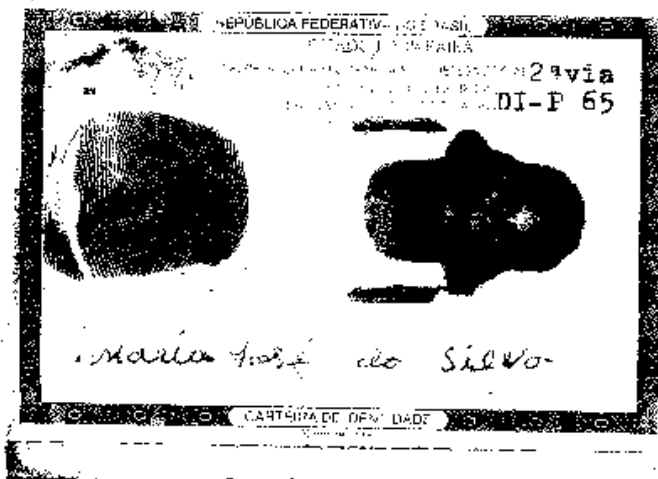
DPVAT/PB

CA DE SEGUROS LTDA

Marina Cirne Aragão
25/04/2016

[Signature]





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.987.777 - 2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 31/01/2008

NOME MARIA JOSÉ DA SILVA

FILIAÇÃO MANOEL FRANCISCO DA SILVA
LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO

NATURALIDADE: TAPORÓROCA-PR DATA DE NASCIMENTO: 22/01/1959

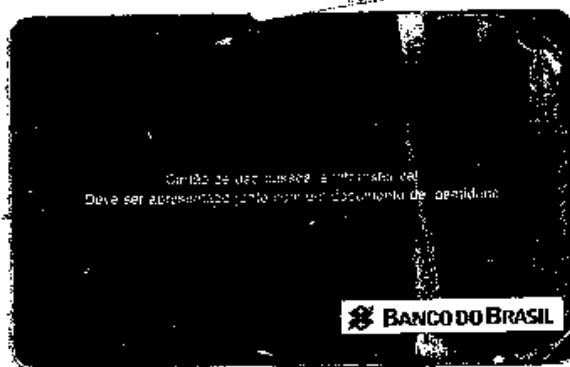
DIGIT. CIVIL CASAM N.2084 FLS.194 LIV.B05

CARTÓRIO MAMANGUAPE-PR

ASSINATURA DO DIRETOR

330
198

70127



CC QUATRO DE SEGUROS LTDA

Adriano Cirne Aragão
Data: 25/04/2016
Rafael



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0856052/16
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA
CPF: 714.691.254-04

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 09/11/2015
Titular do CPF: MARIA JOSE DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação

MARIA JOSE DA SILVA : 714.691.254-04

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 25/04/2016
Nome: MARIA JOSE DA SILVA
CPF/CNPJ: 714.691.254-04

Responsável pelo recebimento na seguradora

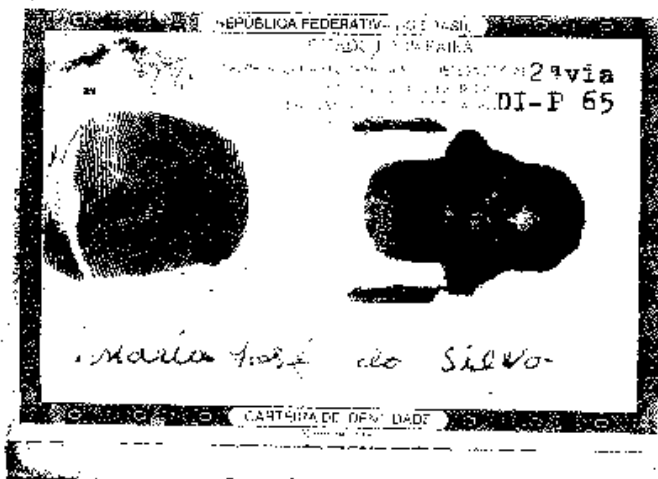
Data: 25/04/2016
Nome: Adriana Cirne Aragão
CPF: 885.178.454-04

MARIA JOSE DA SILVA

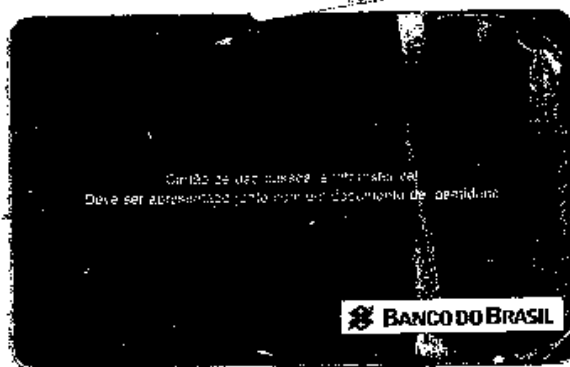
Adriana Cirne Aragão

CG CORREDEIRA DE SEGUROS LTDA
Adriana Cirne Aragão
Data: 25/04/2016





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	1.987.777 - 2 VIA
NOME	MARIA JOSÉ DA SILVA
FILIAÇÃO	MANOEL FRANCISCO DA SILVA LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO
NATURALIDADE	22/01/1959
CASAM N.2084 FLS.194 LIV.B05	
CARTORIO MAMANGUAPE-PB	
ASSINATURA DO DIRETOR	
330	



CC QUATRO DE SEGUROS LTDA

Adriano Cirne Aragão
Data: 25/04/2016
[Signature]



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0856052/16
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA
CPF: 714.691.254-04

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 09/11/2015
Titular do CPF: MARIA JOSE DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação

MARIA JOSE DA SILVA : 714.691.254-04

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 25/04/2016
Nome: MARIA JOSE DA SILVA
CPF/CNPJ: 714.691.254-04

Responsável pelo recebimento na seguradora

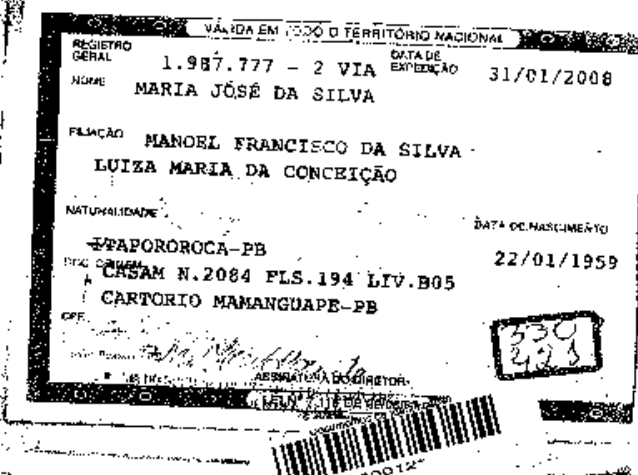
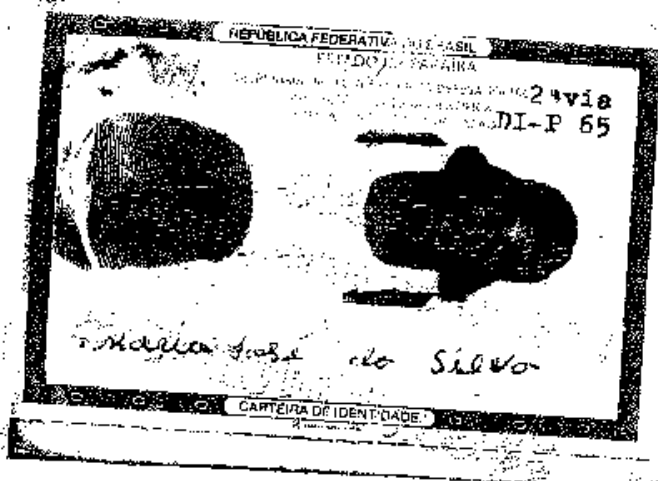
Data: 25/04/2016
Nome: Adriana Cirne Aragão
CPF: 885.178.454-04

MARIA JOSE DA SILVA

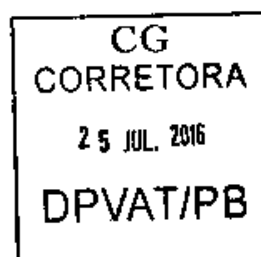
Adriana Cirne Aragão

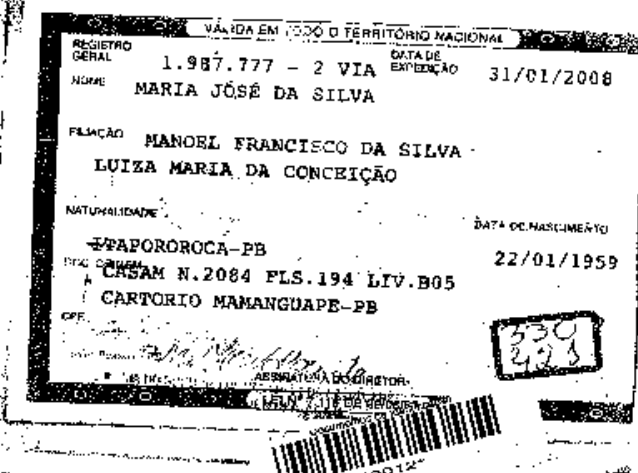
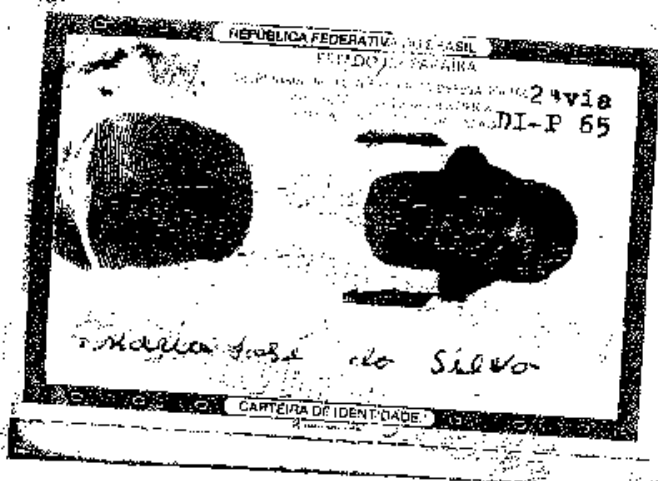
CG CORREDEIRA DE SEGUROS LTDA
Adriana Cirne Aragão
Data: 25/04/2016



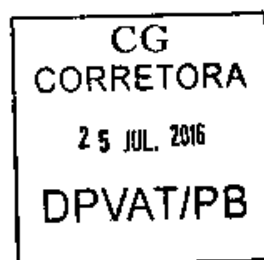


CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Adriano Cirne Araújo
Data: 31/04/2016
[Signature]





CG CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Adriano Cirne Araújo
Data: 31/04/2016
[Signature]



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3160270494 **Cidade:** Itapororoca **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA **Data do acidente:** 09/11/2015 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 12/09/2016

Valoração do IML: 0

Diagnóstico: FRATURA DE JOELHO DIREITO

Resultados terapêuticos: COM SEQUELA

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL MI DIREITO

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: INVALIDEZ PARCIAL/ MI DIREITO: 25% DE 70% = 17,5%

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

Nome do médico: REGINALDO WANIS

CRM do médico: 52.43685-6

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:





AD DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS **ID**

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA Maria Jose da Silva
DATA DO ACIDENTE 09/11/2015 CPF DA VÍTIMA 714.691.254-04
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO (X) VÍTIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUID PARANTESCO COM A VÍTIMA
ENDEREÇO DO PORTADOR Sítio Ipioca de cima
Nº 512 COMPLEMENTO BAIRRO Anel Rimal
CIDADE Itapipoca UF RS CEP 98275-000
E-MAIL () TELEFONE (35) 98899.7328

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM OCORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
- () NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- (X) REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
- (X) BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- (X) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

CG CORRETORA

25 JUL 2016

DPVAT/RS

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () REPRESENTANTE LEGAL E QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
 - MORTE = R\$ 23.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 23.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
 - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS).
- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMALÁRIO.
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSO WWW.INBMDPVAT.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS: 0800 541 2355

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- Obs: REPRESENTANTE LEGAL E QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 14/06/2016
CPF 714.691.254-04
ASSINATURA Maria Jose da Silva

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA 14/06/2016
NOME Adriano Elme Araujo
ASSINATURA (assinatura)



Rio de Janeiro, 30 de Maio de 2016

Carta nº: 9136130

A/C: MARIA JOSE DA SILVA

Sinistro: 3160270494 ASL-0856052/16
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA
Data Acidente: 09/11/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 14/04/2016 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 09/11/2015. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento infor. incorretas
- Comprovante de residência infor. incorretas
- Boletim de ocorrência infor. incorretas
- Declaração de Inexistência de IML infor. incorretas
- Comprovação de ato declaratório infor. incorretas
- Documentação médico-hospitalar infor. incorretas
- Documentos de identificação infor. incorretas

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na MBM SEGURADORA S/A de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT


CG
CORRETORA
25 JUL. 2016
DPVAT/PB

Pag. 0034700748 - carta_03

011-40174



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder nos
Consórcios de Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0856052/16
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA
CPF: 714.691.254-04

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 09/11/2015
Titular do CPF: MARIA JOSE DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

MARIA JOSE DA SILVA : 714.691.254-04

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 25/07/2016
Nome: MARIA JOSE DA SILVA
CPF: 714.691.254-04

MARIA JOSE DA SILVA

Responsável pelo recebimento na seguradora

Data: 25/07/2016
Nome: Adriana Cirne Aragao
CPF: 885.178.454-04

Adriana Cirne Aragao





AD DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS **ID**

IDENTIFICAÇÃO

VITIMA Maria Jose da Silva
DATA DO ACIDENTE 09/11/2015 CPF DA VITIMA 714.691.254-04
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ VITIMA ☐ REPRESENTANTE LEGAL, CUID PARANTESCO COM A VITIMA E
ENDEREÇO DO PORTADOR Sítio Ipioca de cima
Nº 5192 COMPLEMENTO BAIRRO Área Rural
CIDADE Itapiporã UF PR CEP 88275-000
E-MAIL TELEFONE (31) 98899.7328

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- ☐ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VITIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM OCORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
- ☐ NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VITIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VITIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CPF DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☒ NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VITIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
- ☒ BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ☒ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VITIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

CG CORRETORA

25 JUL 2016

DPVAT/PR

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ☐ REPRESENTANTE LEGAL E QUEM REPRESENTA A VITIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
 - MORTE = R\$ 23.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
 - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS).
- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO.
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSO WWW.INHENDIPVAT.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS: 0800 541 2355

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- Obs: REPRESENTANTE LEGAL E QUEM REPRESENTA A VITIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 14/06/2016
CPF 714.691.254-04
ASSINATURA Maria Jose da Silva

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA 21/07/2016
NOME Adriano Elme Aragão
ASSINATURA [Assinatura]



Rio de Janeiro, 30 de Maio de 2016

Carta nº: 9136130

A/C: MARIA JOSE DA SILVA

Sinistro: 3160270494 ASL-0856052/16
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA
Data Acidente: 09/11/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 14/04/2016 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 09/11/2015. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento infor. incorretas
- Comprovante de residência infor. incorretas
- Boletim de ocorrência infor. incorretas
- Declaração de Inexistência de IML infor. incorretas
- Comprovação de ato declaratório infor. incorretas
- Documentação médico-hospitalar infor. incorretas
- Documentos de identificação infor. incorretas

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na MBM SEGURADORA S/A de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT


CG
CORRETORA
25 JUL. 2016
DPVAT/PB

Pag. 0034700748 - carta_03

011-40174



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder nos
Consórcios de Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0856052/16
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA
CPF: 714.691.254-04

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 09/11/2015
Titular do CPF: MARIA JOSE DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

MARIA JOSE DA SILVA : 714.691.254-04

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 25/07/2016
Nome: MARIA JOSE DA SILVA
CPF: 714.691.254-04

MARIA JOSE DA SILVA

Responsável pelo recebimento na seguradora

Data: 25/07/2016
Nome: Adriana Cirne Aragao
CPF: 885.178.454-04

Adriana Cirne Aragao



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3160270494 **Cidade:** Itapororoca **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA **Data do acidente:** 09/11/2015 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 12/09/2016

Valoração do IML: 0

Diagnóstico: FRATURA DE JOELHO DIREITO

Resultados terapêuticos: COM SEQUELA

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL MI DIREITO

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: INVALIDEZ PARCIAL/ MI DIREITO: 25% DE 70% = 17,5%

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

Nome do médico: REGINALDO WANIS

CRM do médico: 52.43685-6

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3160270494 **Cidade:** Itapororoca **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA **Data do acidente:** 09/11/2015 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 12/09/2016

Valoração do IML: 0

Diagnóstico: FRATURA DE JOELHO DIREITO

Resultados terapêuticos: COM SEQUELA

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL MI DIREITO

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: INVALIDEZ PARCIAL/ MI DIREITO: 25% DE 70% = 17,5%

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

Nome do médico: REGINALDO WANIS

CRM do médico: 52.43685-6

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3160270494 **Cidade:** Itapororoca **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA **Data do acidente:** 09/11/2015 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DE TÍBIA DIREITA
FERIMENTO CORTO CONTUSO NA MÃO ESQUERDA.

Descrição do exame médico pericial: LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO DO JOELHO ESQUERDO, INSTABILIDADE ARTICULAR, MARCHA CLAUDICANTE.
DEFORMIDADES ANATÔMICAS, PSEUDO ARTROSE, DESVIOS DE EIXO, ATROFIA DO 1º E 2º QUIRODÁCTILO, DÉFICIT FUNCIONAL DA ABERTURA, FECHAMENTO E APREENSÃO DA MÃO ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: FRATURA DE TÍBIA DIREITA TRATADA COM CONDUTA CONSERVADORA DE IMOBILIZAÇÃO GESSADA E QUE EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO DO JOELHO ESQUERDO, INSTABILIDADE ARTICULAR, MARCHA CLAUDICANTE.
FERIMENTO CORTO CONTUSO NA MÃO ESQUERDA TRATADOS COM SUTURAS LOCAIS EM 1º E 2º QUIRODÁCTILOS ESQUERDOS

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.
APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DA MÃO ESQUERDA.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 23/09/2016

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: JOAO FERNANDES DE SOUZA

CRM do médico: 2732 PB

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de uma das mãos	70 %	Em grau residual - 10 %	7%	R\$ 945,00
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			24,5 %	R\$ 3.307,50



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

PRESTADOR

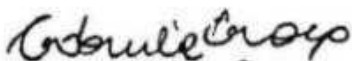
CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: GABRIELA GRAÇA SUARES PINTO

CRM do médico: 52.66379-4

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3160270494 **Cidade:** Itapororoca **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: MARIA JOSE DA SILVA **Data do acidente:** 09/11/2015 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DE TÍBIA DIREITA
FERIMENTO CORTO CONTUSO NA MÃO ESQUERDA.

Descrição do exame médico pericial: LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO DO JOELHO ESQUERDO, INSTABILIDADE ARTICULAR, MARCHA CLAUDICANTE. DEFORMIDADES ANATÔMICAS, PSEUDO ARTROSE, DESVIOS DE EIXO, ATROFIA DO 1º E 2º QUIRODÁCTILO, DÉFICIT FUNCIONAL DA ABERTURA, FECHAMENTO E APREENSÃO DA MÃO ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: FRATURA DE TÍBIA DIREITA TRATADA COM CONDUTA CONSERVADORA DE IMOBILIZAÇÃO GESSADA E QUE EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO DO JOELHO ESQUERDO, INSTABILIDADE ARTICULAR, MARCHA CLAUDICANTE. FERIMENTO CORTO CONTUSO NA MÃO ESQUERDA TRATADOS COM SUTURAS LOCAIS EM 1º E 2º QUIRODÁCTILOS ESQUERDOS

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.
APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DA MÃO ESQUERDA.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 23/09/2016

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: JOAO FERNANDES DE SOUZA

CRM do médico: 2732 PB

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de uma das mãos	70 %	Em grau residual - 10 %	7%	R\$ 945,00
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			24,5 %	R\$ 3.307,50



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

PRESTADOR

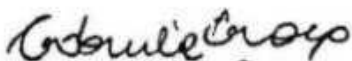
CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

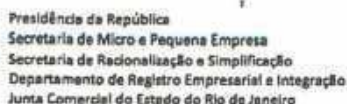
Médico revisor: GABRIELA GRAÇA SUARES PINTO

CRM do médico: 52.66379-4

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Time Schedule

Sociedade anônima

Boite à Embarcadere

Normal

NO An Dentrolin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Argumentor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURO LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECFB8FD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFLIA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/05/2019 13:50:08

<http://pie.tipb.jus.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051013500779400000020507225>

Número do documento: 19051013500779400000020507225

Num. 21089469 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA8021F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de Autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/ , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

10/11



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

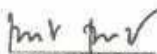
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

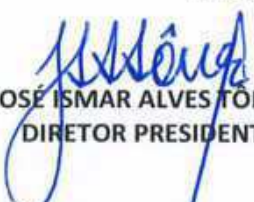
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira	AD528690
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X03060524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3,9% Escrevente
ETLP-56881 HQT, ETLP-56882 GHS		10796 48062 série 09077 ME
https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora LIDER DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MAMANGUAPE/PB

Processo: 08007165920188150231

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **09/11/2015**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **09/03/2016**.

Cumprir esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 3.307,50 (três mil e trezentos e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA INÉPCIA DA INICIAL

Cabe o reconhecimento de que a petição inicial protocolada é inepta. Isto se confirma posto que a inicial deve ser instruída com os documentos obrigatórios, sendo o documento de identificação um deles.

Desse modo, requer o indeferimento da petição inicial, com a extinção do processo com fulcro no artigo 485, I, do CPC.

DO INDEFERIMENTO DA INICIAL

Destaca-se, inicialmente, a ausência de documento indispensável a propositura de qualquer demanda judicial, qual seja, o comprovante de residência.

Compulsando os autos, percebe-se que não fora juntado documento de comprovação do domicílio do autor, em clara afronta ao artigo 320, do CPC.

Ocorre, que a ausência do referido comprovante inviabiliza até mesmo a elaboração da defesa da Ré, uma vez que impossibilita a comprovação da competência territorial.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Diante disso, considerando o momento processual, requer a extinção da presente demanda, na forma dos artigos 321 c/c 485, I. CPC.

DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA

DA AUSÊNCIA DE DATA NA PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS

Verifica-se que o instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, viola a regra esculpida no art. 104 do CPC, tendo em vista a ausência de data na procuração acostada aos autos.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração válida não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração ou substabelecimento VÁLIDA outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO. RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado, sob pena de indeferimento da petição inicial.

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara, não há informações sobre o suposto causador do acidente e motocicleta envolvida, constando apenas relatos unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência, quatro meses após o alegado acidente.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 3.307,50 (três mil e trezentos e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 3.307,50 (três mil e trezentos e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **09/11/2015**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 3.307,50 (três mil e trezentos e sete reais e cinquenta centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº



6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 3.307,50 (TRÊS MIL E TREZENTOS E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

⁴ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MAMANGUAPE, 9 de maio de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARIA JOSE DA SILVA**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **MAMANGUAPE**, nos autos do Processo nº 08007165920188150231.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



À impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias.



segue em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
MISTA DA COMARCA DE MAMANGUAPE – PARAÍBA

Processo nº 0800716-59.2018.8.15.0231

MARIA JOSE DA SILVA, já qualificada nos autos do processo identificado em epígrafe, por sua advogada in fine assinada, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar sua "**IMPUGNAÇÃO aos termos da Contestação**" retro inserida nas nº 21089465, ofertada pela **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A e outros**, igualmente qualificada, assim como, os documentos a ela acostados, pelos fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

1. DA PRELIMINAR ARGUIDA

a) Da alegação de Inépcia da Inicial - Inocorrência

Alega a parte contestante que a petição inicial é inepta por ausência de documentos obrigatórios.

No entanto, a petição inicial está instruída com todos os documentos indispensáveis à propositura da ação e, portanto, é apta.

Ademais, nas ações de cobrança do seguro DPVAT, basta que o autor comprove a ocorrência do sinistro e sua qualidade de beneficiário, o que ocorreu *in casu*.

b) Da alegação de indeferimento da inicial – Inocorrência

Aduz o Réu que a parte autora não juntou o comprovante de residência, inviabilizando a elaboração de sua defesa e impossibilitando a

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Edf. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(vivo), 987142159(oi), 91325995 (Claro), 999188844(tim)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



comprovação da competência territorial.

Todavia, não assiste razão, pois a documentação hospitalar e policial demonstra e comprova a residência autoral.

c) Da capacidade postulatória e Da regularidade de representação

A procuração nos autos é válida e regular, estando presentes as condições da ação.

2. DO MÉRITO

a) Do Boletim de Ocorrências

A parte autora comprovou nos autos a existência do acidente de trânsito, tudo conforme documentos em anexo à exordial (ID 13928966).

Ademais, considerando que a parte autora não concorda com a negativa da indenização DPVAT, pois acredita que existe um grau da sua lesão decorrida de acidente de trânsito, o que não foi apurado administrativamente pela seguradora, mostrando-se imprescindível a realização de perícia médica para o deslinde do feito.

Dessa forma, descabida a alegação da parte ré.

b) Do Laudo do IML

Argumenta a Promovida que a comprovação dos fatos alegados pela parte autora somente poderia ser realizado mediante laudo do IML, certificando o grau das lesões.

Todavia, embora a Seguradora Ré possa condicionar o pagamento do DPVAT, na via administrativa, à apresentação de laudo elaborado pelo Instituto Médico Legal, nos termos do art. 5º, §§ 4º e 5º, da Lei 6.194/74, **NÃO HÁ PREVISÃO NA LEI** acerca da necessidade de tal documento para postular complementação da indenização securitária judicialmente, uma vez que a

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Edf. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(vivo), 987142159(oi), 91325995 (Claro), 999188844(tim)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



prova da invalidez alegada pode ser produzida no momento processual oportuno.

Segue o entendimento jurisprudencial:

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - LAUDO IML - APRESENTAÇÃO COM A INICIAL - PRESCINDIBILIDADE- ADOÇÃO DO RITO ORDINÁRIO EM VEZ DO SUMÁRIO- AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. - **É dispensável apresentação do laudo do IML com a petição inicial da ação de cobrança de seguro obrigatório, eis que a prova sobre o tipo, a extensão das lesões e o grau da incapacidade sofrida pelo autor são matérias que devem ser analisadas no julgamento de mérito da demanda, após a fase instrutória do processo. - Ausente prejuízo para a parte adversa, não há nulidade da adoção do rito ordinário em detrimento do rito sumário previsto para a hipótese de cobrança de seguro DPVAT.**

(TJ-MG - AC: 10105120305369001 MG, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 18/05/2017, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/06/2017)

c) Do requerimento administrativo – Da invalidez permanente – Da cobertura

Afirma a Contestante que “cristalino que o pagamento administrativo realiza do encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.”.

Todavia, não assiste razão fática e jurídica, pois, no dia 09/11/15, a autora sofreu lesão de acidente de trânsito, por volta das 14:00, ao caminhar na PB 057, sentido Mamanguape, na curva da Ladeira da Ipioca, ao lado de sua irmã, Maria Luiza da Silva. O fato ocorreu quando uma moto, que trafegava no sentido Itapororoca, não conseguiu efetuar a curva e atingiu a promovente, fugindo logo em seguida. Após o acidente, a demandante foi socorrida por um conhecido, de alcunha “Nego”, em seu próprio carro, tendo este último a conduzido ao Hospital Geral de Mamanguape. Devido ao fato, a autora chegou ao Hospital apresentando um quadro de lesões consistente em fraturas, ferimentos e cortes na mão esquerda, joelho esquerdo e direito, e nas regiões da tíbia e fêmur (no joelho direito), onde se submeteu a diversos exames clínicos.

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Edf. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(vivo), 987142159(oi), 91325995 (Claro), 999188844(tim)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



Diante do acidente e as sequelas persistentes em seu corpo (sequelas membros inferiores supramencionados), a promovente foi prejudicado de exercer atividades comuns do seu dia a dia, como, trabalhar para sustentar sua família.

Outrossim, considerando que a parte autora não concorda com a negativa do pagamento da indenização DPVAT, pois acredita que o grau da sua lesão é maior do que o apurado administrativamente pela seguradora, mostrando-se imprescindível a realização de perícia médica para o deslinde do feito.

A indenização relativa ao seguro DPVAT deverá ser proporcional ao grau da lesão sofrida e à extensão da invalidez da segurada, **que será apurada por perícia médica judicial**, através de um Expert Perito nomeado pelo MM Juiz de primeiro grau, uma vez que se assegura às partes a formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico em obediência ao contraditório e à ampla defesa, o que não ocorre no exame realizado pelo IML.

DECISÃO: Acordam os Desembargadores (Juizes de Direito Substitutos em 2º Grau) integrantes da 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. - INAPLICABILIDADE CDC. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA QUE DECORRE DE LEI. - PERÍCIA SOBRE O GRAU DE INVALIDEZ.PROVA REQUERIDA PELO RÉU.INCIDÊNCIA DO ARTIGO 33 CPC. ÔNUS DE ANTECIPAR OS HONORÁRIOS. - REALIZAÇÃO DA PERÍCIA PELO IML.IMPOSSIBILIDADE. PERÍCIA JUDICIAL A SER REALIZADA POR PERITO NOMEADO.- RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. - **Considerando que o seguro DPVAT não é ofertado no mercado de consumo, mas é imposto pela lei, a relação entre segurado e seguradora não se sujeita ao CDC. - A perícia judicial deve ser realizada por perito nomeado pelo juízo, uma vez que se assegura às partes a formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico em obediência ao contraditório e à ampla defesa, o que não ocorre no exame realizado pelo IML.** TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARANÁ (TJPR - 9ª C.Cível - AI - 1363533-1 - Bandeirantes - Rel.: Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso - Unânime - - J. 27.08.2015)

(TJ-PR - AI: 13635331 PR 1363533-1 (Acórdão), Relator: Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso, Data de Julgamento: 27/08/2015, 9ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1659 30/09/2015)

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Edf. Villa Empresarial, Centro

Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000

Fone: (83) 996825221(vivo), 987142159(oi), 91325995 (Claro), 999188844(tim)

E-mail: robertaonofre@gmail.com



Outrossim, considerando que **a parte autora não concorda com o grau apurado e o valor da indenização DPVAT, pois acredita que existe um alto grau da sua lesão, mostrando-se imprescindível a realização de perícia médica para o deslinde do feito.**

Vejamos jurisprudência:

AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – CONSTATAÇÃO DE EVENTUAL INCAPACIDADE PARCIAL PERMANENTE – NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – CERCEAMENTO DE DEFESA CARACTERIZADO. Sendo imprescindível a prova pericial para se saber se a lesão que acometeu a segurada a tornou total ou parcial, e temporária ou permanentemente inválida, nula é a sentença que julgou antecipadamente a lide. RECURSO PROVIDO.

(TJ-SP 00049145120158260659 SP 0004914-51.2015.8.26.0659, Relator: Antonio Nascimento, Data de Julgamento: 28/09/2017, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: **29/09/2017**)

Neste sentido, com o intuito de evitar o pleno cerceamento de defesa, torna-se imprescindível a realização de perícia judicial para quantificação do grau de invalidez experimentado pela vítima, e, posteriormente, analisar o montante indenizatório devido.

Dessa forma, descabida a alegação da parte ré.

d) Dos juros e correção monetária

A responsabilidade decorrente da indenização do DPVAT é de origem contratual, havendo que incidir a correção monetária desde o fato e os juros a partir da citação do réu, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça in verbis:

“APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE. PRECEDENTE DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A correção deve incidir da data do acidente, pois com esse critério fica mantido o poder aquisitivo da moeda, evitando-se assim sua depreciação. Sem a devida correção, há evidente prejuízo ao autor, o que não se pode admitir. (TJ-SP - APL: 10004580620148260100 SP 100045806.2014.8.26.0100, Relator: Adilson

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Edf. Villa Empresarial, Centro

Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000

Fone: (83) 996825221(vivo), 987142159(oi), 91325995 (Claro), 999188844(tim)

E-mail: robertaonofre@gmail.com



de Araujo, Data de Julgamento: 01/03/2016, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/03/2016)”

E ainda,

“APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE E DA CITAÇÃO, RESPECTIVAMENTE. PRECEDENTE DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). RECURSO PROVIDO. A correção deve incidir da data do acidente, pois com esse critério fica mantido o poder aquisitivo da moeda, evitando-se assim sua depreciação. Sem a devida correção, há evidente prejuízo ao autor, o que não se pode admitir. Já os juros de mora devem ser calculados apenas da data da citação. APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO. INSURGÊNCIA DO AUTOR COM RELAÇÃO AO ÔNUS SUCUMBENCIAL. INCONFORMISMO COM A IMPOSIÇÃO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. AUTOR VENCEDOR NA DEMANDA RECURSO PROVIDO. Não era possível ao autor saber se a indenização seria concedida em sua integralidade, pois não detém conhecimento técnico. Além disso, foi aposentado por invalidez, o que, com certeza, o levou a considerar ter direito à integralidade da indenização prevista na lei de regência. (TJ-SP - APL: 10589087320138260100 SP 105890873.2013.8.26.0100, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 01/12/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 02/12/2015)”

e) Dos Honorários Advocatícios

Requer a condenação da Demandada no pagamento dos honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do CPC/2015.

f) Dos documentos anexados pela Ré

Por fim, o Promovido anexou documentos referente a fotografias nos ID's:

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Edf. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(vivo), 987142159(oi), 91325995 (Claro), 999188844(tim)
E-mail: robertaonofre@gmail.com



-  21089468 - Documento de Comprovação (DOCS COMPROBATORIOS otimizado 3) 
-  21089467 - Documento de Comprovação (DOCS COMPROBATORIOS otimizado 2) 
-  21089466 - Documento de Comprovação (DOCS COMPROBATORIOS otimizado 1) 

Restando devidamente impugnadas no sentido de que tratam do processo administrativo de sinistro nº 3160270494, bem como a parte autora não concorda com o grau apurado e o valor da indenização DPVAT, pois acredita que existe um alto grau da sua lesão, mostrando-se imprescindível a realização de perícia médica para o deslinde do feito.

3. CONCLUSÃO

EX POSITIS, impugna-se *in totum* a peça contestatória, **NÃO MERECENDO ACOLHIMENTO** as preliminares e os documentos a ela acostados, reforçando a **PROCEDÊNCIA** dos pedidos ventilados em sede de petição inicial.

Nestes termos, Pede DEFERIMENTO.
João Pessoa/PB, 23 de julho de 2019.

Roberta Onofre Ramos
OAB/PB 13.425

Rafaela Lima Moura de Araújo
OAB/PB 26.373

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Edf. Villa Empresarial, Centro
Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000
Fone: (83) 996825221(vivo), 987142159(oj), 91325995 (Claro), 999188844(tim)
E-mail: robertaonofre@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Mamanguape

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800716-59.2018.8.15.0231

DESPACHO

Vistos, etc.

Conforme dispositivos do novo Código de Processo Civil que prioriza a autocomposição das partes, estabelecendo, inclusive, uma participação mais ativa do julgador na busca da autocomposição, Remetam-se os autos ao CEJUSC (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA) desta comarca; onde também será realizada a perícia requerida pelas partes e Deferida neste ato.

MAMANGUAPE, 13 de novembro de 2019.

Juiz(a) de Direito



SEGUE ANEXO.



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Procuração com o meio ambiente: a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

MARCELO DAVOLI LOPES

CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (XXXXXX-00068)
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: Serventia TJ-FUNDOS
Em testemunho da verdade. Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NCM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
ACS13502

CERTIFICO e dou fé que a presente original que foi apresentado. Cód: XXXXXX-00068
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016.
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
ACS13502

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR
Escrevente

CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS

088674
ACS13502

3.00
1.81
6.90

fiel do
Serventia
TJ-FUNDOS
Total



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder · DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40
36% I.P.FUNDOS = 3,02
Total = 11,42

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º
Bruno Rodrigo
Belem Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente
CNPJ nº 08011404/0001-00
At 2013.1.1a.83354

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente
CNPJ nº 08011404/0001-00
At 2013.1.1a.83354

086674
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia = 5,09
TJ+FUNDOS = 1,81
Total = 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO ORVAT S.A.

CNPJ nº: 09.246.800/00-01 - NIRE 33.3002847-8
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 19 (dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Convidados: Os membros do Conselho de Administração foram convidados para comparecerem à reunião ordinária do Conselho de Administração. Presenças: **Presenças:** os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Teixeira Santos, Bernardo Dickmann, Celso Damadi, Játos de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade, Antônio Carlos de Azevedo Novais, do Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teófilo. Ausências: os conselheiros Paulo de Faria Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho: Prof. Dr. André Laís Faoro – Secretário Jurídico Comercial do Conselho de Administração; Dr. (a) Reticificação da Eleição de Celso Damadi – Diretoria Executiva da Companhia realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015. (II) Ratificação da Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015, e (iii) Adjuntos aos Conselheiros Responsáveis Perante a SUSEP deliberaram, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André Guerra-Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF nº 03.091.867.91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o cargo específico da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo Diretor João Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP e a função de diretor responsável pelas operações com a SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1 (um) ano, que será termô em 25 de março de 2016, permanecendo o atual mandato de 1 (um) ano, que será termô em 25 de março de 2015. O Diretor eleito declara que não está incorso em nenhum crime que lhe impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não está instaurado, para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções CVM nº 358/2005 e nº 359/2005, e das Leis Privadas nº 6.402/2006 e nº 6.403/2006.

CNSP - A remuneração dos membros da Direção Executiva foi variada o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações dos diretores responsáveis perante a Diretoria Executiva, da seguinte forma: (I) Marcus Vinicius Catão da Silva, brasileiro, casado, administrador-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) João Márcio Barbosa Norton, brasileiro, casado, secular, titular de uma carteira de identidade nº 55.625.648-7, expedida pela SSPSP, inscrito no CPF nº 03.091.867.91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o cargo específico da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo Diretor João Márcio Lopes Devick, diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/2012) e diretor responsável pelos controles internos; (d) Claudio Mendes Ladeira, diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e 445/2012) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou garantias, portanto, de conformidade com a Resolução CNSP nº 143/05, não se ratificou, por ser constante na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, na forma de regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e realização para este resultado. Declaram, também, prestarem o seu assentimento ao presente ato, sendo, portanto, até o terceiro grau, os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia, e (III) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos pessoais ou de interesses próprios, nem de terceiros, durante a reunião de hoje e mais e se tratou, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho – Presidente do Conselho de Administração; (ass.) Rosana Teixeira Santos – Vice-Presidente do Conselho de Administração; (ass.) Bernardo Dickmann – Conselheiro; (ass.) Celso Damadi – Conselheiro; (ass.) Játos de Mendonça Alexandre – Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possede – Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade – Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman – Conselheiro; (ass.) Antônio Carlos de Azevedo Novais – Conselheiro; (ass.) Ricardo José Iglesias Teófilo – Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Laís Faoro – Secretário Jurídico Comercial do Conselho de Administração do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.3002847-8 Protocolo 00-201918646-3 - 12/06/2015. Certificado o Deferimento em 22/06/2015 e a publicação em 23/06/2015. CNPJ nº 09.246.800/00-01 - NIRE 33.3002847-8

**SEGUROADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO PRIVAT S.A.**

DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/Nº 09.248.006/0001-44 - NIRE 33.0026478-5
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos
25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15:30h, na sede
social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de
Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração fo-
ram convocados por e-mail eletrônico enviado em 18 de março de
2015, para o endereço eletrônico administracao@dpvat.com.br,
por meio do qual foram informados sobre a convocação para a reunião.
Foi, portanto, realizada a reunião ordinária do Conselho de Adminis-
tração da DPVAT S.A. no dia 25 de março de 2015, às 15:30h, na
sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio
de Janeiro. Participaram da reunião os membros do Conselho de Admi-
nistração, conforme a seguir:

[illegible]

BRF BIORREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 319127650001-59 - NIRE nº 333.0029771-5

Asssembleia Geral Ordinária (Lavrada sob o número do sumário, conforme facultado pelo art. 130 §1º da Lei nº 6.404/67). Dia, Hora e Local: 28/05/2016, às 14h, na Av. Fabris, s/nº, Rua de Caxias, RJ. Mesa: Vitor Ribeiro de Almeida – Presidente; Paulo Roberto de Souza – Secretário. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assnatura aposta no Livro de Presença e Acionistas Convocação. Dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o §4º do art.124 da Lei nº 6.404/67. A) Deliberação sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras sobre o Relatório da Administração encerrado em 31/12/14. b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos c) Deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da BRF Birefron de Lubrificantes S/A para o exercício de 2015. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** a) Aprovaram a distribuição de dividendos considerando que a BRF Birefron de Lubrificantes S/A realizou a distribuição e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.A, atestando-se de votar os legalmente impedidos conforme o art.134, §5º da Lei nº 6.404/67. b) Aprovaram a distribuição de dividendos considerando que a BRF Birefron de Lubrificantes S/A realizou a distribuição e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício de 2014. c) Aprovaram a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização da AGO de 2016, cabendo ao Conselho de Administração decidir sobre a forma de pagamento. d) Deliberar sobre a aprovação da administração da Cia. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assnatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, o que, ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, assinada pelos membros da mesa diretora, lida e aprovada, tendo-se lido a forma. Certifico que a presente é cópia verdadeira e fiel do teor e forma. Certifico que a presente é cópia verdadeira e fiel do teor próprio Documento de Caxias, 33004/15 Sumário Reichbach da Silva, Presidente, Diogo Valle Bueno, Secretário, Acionistas: Petróbras Distribuidora S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampiao, RRF Participações e Administração de Empresas S.A., 2733278, em 12/06/15. Bernardo F.S. Bernauer - Secretário Geral.

GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ (ME): 01.518.854/0001-88 NIRE: 33300265402

CNPJ/NIRE: 01.519.655-0001-88 NIRE: 33.300.235902

Ato de AGO realizada em, lavrada nos termos sumários: 1. Data: Hoje, 14 de Agosto de 2004, às 14h30min, na sede da empresa na Rua Duarte de Mello, nº 9, apto. 1, Higienópolis/RJ. 2. Competência: Direta e Materialmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da Sociedade. 3. Quorum: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/76, em virtude da comparecimento de todos os representantes da totalidade do Capital Social, conforme Livro de Atas. 4. Assuntos: Para dirimir os trabalhos foram escolhidos. Presidentes: Sr. Jorge Gomes de Souza, Secretária: Sra. Patrícia Benedito de Souza Magalhães Anzude. 5. Ordem do Dia: (i) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2003, (ii) Ratificação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, (iii) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais, (iv) Eleição da Diretoria e (v) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas representantes da totalidade do Capital Social, aprovou-se o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2003, (ii) Aprovada a proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 148.658,53, que será realizada da seguinte forma: (a) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (b) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (c) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (d) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (e) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (f) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (g) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (h) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (i) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (j) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (k) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (l) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (m) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (n) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (o) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (p) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (q) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (r) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (s) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (t) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (u) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (v) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (w) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (x) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (y) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (z) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (aa) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ab) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ac) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ad) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ae) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (af) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ag) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ah) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ai) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (aj) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ak) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (al) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (am) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (an) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ao) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ap) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (aq) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ar) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (as) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (at) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (au) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (av) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (aw) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ax) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ay) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (az) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ba) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bb) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bc) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bd) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (be) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bf) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bg) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bh) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bi) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bj) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bk) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bl) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bm) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bn) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bo) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bp) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bq) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (br) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bs) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bt) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bu) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bv) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bw) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bx) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (by) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (bz) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ca) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (cb) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (cc) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (cd) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ce) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (cf) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (cg) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ch) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ci) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (cj) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (ck) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (cl) 10% (10%) do lucro líquido de R\$ 133.795,35 será distribuída em favor de cada acionista, (cm) 10% (10%) do lucro líquido

[illegible]

DINÂMICA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 859.538/00-00 – ENERGIA S.A. – Nº 13.1007898-0
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2015. 1. Data, hora e local da Reunião às 10h30 horas no dia 22 de junho de 2015, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Vargas, nº 160, Centro, Rio de Janeiro. 2. Assessoria Jurídica: Dr. João Roberto de Jesus, Advogado do Rio de Janeiro. Estudo de caso: Exercício; 3. Objetivo da Reunião: a) Deliberar sobre o pagamento da Juros sobre capital próprio no valor de R\$ 575.100,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), aprovado pela Ata II da Reunião da Comissão de Administração e Recursos Humanos, datada de 10/06/2015, em virtude de dividendos no valor de R\$ 245.846,74 (duzentos e quarenta e seis mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos); b) Deliberar sobre o pagamento da Juros sobre capital próprio no valor de R\$ 575.100,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) e sete reais e setenta e três centavos); c) Deliberar sobre o pagamento da Juros sobre capital próprio, relacionados ao exercício de 2014, no valor de R\$ 640.476 e à deliberação aprovada pelo Conselho de Administração em 10/06/2015, no valor pago é de R\$ 983.386,97 (novecentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) e será distribuído proporcionalmente a quantidade de ações possuídas por cada acionista no dia 22/06/2015, sendo que os valores serão pagos em parcelas mensais, a saber: a) 50% (cinco mil e cento e sessenta e cinco mil reais) a razão de R\$ 0.0017191719171917 (um mil e setenta e cinco centavos) por título de Juros sobre Capital Próprio; e R\$ 408.386,97 (quatrocentos e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) a razão de R\$ 0.00122316363 por ação a título de dividendos; (até o dia 22/06/2015). 4. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Diretoria declarou encerrado a reunião. Havendo recebido o Imposto de Renda (título de imposto sobre o valor agregado) emitido em conformidade com a legislação vigente. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrado a reunião, lavrada a Ata que vai assinada por todos os diretores. Rio de Janeiro, 22 de junho de 2015. JOSÉ JOAQUIM ABDALAY NETO – Diretor Presidente. NÚCLEO ADMINISTRATIVO E RECURSOS HUMANOS – Diretor: JÚNIA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Gerente que o presente foi arquivado sob o nº 2779853 e data de 26/06/2015. Bernardo

Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações

Ata da AGO, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora e Local: Aos 24/04/2015, às 10:30hs na sede da empresa na Rua Danka de Mello, 9, parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada diretos e pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor-Presidente da Sociedade, Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza, e pelo Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza, e Secretário o Sr. Fausto de Castro Souza. 3. Ordem do Dia: (i) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, referentes ao exercício de 2014; (ii) Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$. 30.000,00 anuais; (iv) Assuntos Gerais. 4. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos presentes, representando a maioria absoluta dos acionistas, o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (ii) Aprovada a proposta da Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 1.491.038,71, que será repartido da seguinte forma: (a) 5%, ou seja, R\$ 74.551,93 para cada acionista, em dinheiro; (b) 5% para cada acionista em ações; e (c) 45% para distribuição de dividendos. Aprovados os honorários da Diretoria para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre representantes da maioria absoluta dos acionistas; (iv) Assuntos Gerais: Nenhum assunto relevante foi objeto de deliberação. 5. Encerramento: O presente relatório foi lido e aprovado pela Assembleia, verificando em seguida que foram abastados todos os itens da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tratar, encerrando-se as deliberações tomadas; o Conselho Fiscal não foi ouvido por não se encontrar instalado e encerrou os trabalhos. 6. Assinaturas: O presente relatório foi assinado por todos os membros da mesa e pelos acionistas representativos da maioria absoluta da capital Social. RJ, 24/04/2015 Paulo Cesar Gomes de Souza, Diretor-Presidente da Assembleia, Fausto de Castro Souza - Secretário. Juiz de Paz nº 632422 em 20/05/2015. Bernardo F.S. Bawagner - Secretário. (Assinatura)

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

ASSINATURAS SEMEOTRATIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 394,00
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 471,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 57,00

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI
OBS: Das assinaturas com desconto somente se aplicam as indicadas para o funcionário do
público (Federal, Estadual, Municipal), e não as reservadas ao último colunado que é
A JORNADA DO Estado do Rio de Janeiro, e não as de pessoas autorizadas
a receber a remuneração por serviços prestados poderão ser adquiridas a
Prof. Dr. Carlos de Almeida, Centro - Niterói, RJ

ATENÇÃO: É vedada a divulgação de dados pessoais pelas assinaturas do D.O.
IMPRESSÃO: JORNAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua
Carrão nº 81, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 2
Fax: (0xx21) 2212.4348

~~www.imprensaoficial.ri.gov.br~~

Imprensa Oficial
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Haroldo Zager Faria Tinoco
Diretor Presidente

Valeria Maria Souto Meira Salgado
Diretora Administrativa

Walter Freitas Netto
Diretor Financeiro

Jorge Narciso Pires
Diretor Industrial

RECLAMAÇÕES SOBRE
escrito, ao Diretor-Pré,
no máximo até 10 (de

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 2h às 13h

17º **Ofício de Notas**
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EMP-46363 RIO-Gensul te em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
Paula Cristina A.D. Gaspar-AUT
17º Ofício de Notas
1707-0000

reprodução
AFD. Cont. por: fiel
serventia
TJ-FUNDOS
Total
do
3.09
1.81
6.90

028574
ACS13508





ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

ATLAS ALUMÍNIO S.A.
CNPJ/MF: 12.336.018/0001-48 - NIRE: 33.3.0029453.8
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de junho de 2015. 1. Data, hora e local: Aos 19 de junho de 2015, às 10:00 horas na sede da Atlas Alumínio S.A. ("Companhia"), localizada no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo nº 228, sala 701, CEP 22250-145. 2. Convocação: Dispensada e convocação 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em função da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. Presença: Presenças os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de Presença de Acionistas. 4. Mesa: Presidente: Hans Joachim Kock. Secretária: Waldira Mossetta. 5. Publicações: Os resultados financeiros da Companhia foram publicados nos seguintes jornais: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Diário Comercial no dia 28 de maio de 2015. 6. Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório Anual e das demonstrações financeiras, re deliberação sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos referente ao exercício financeiro de 31/12/2014; e (ii) Examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação da 31/12/2014. (iii) Examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação da remuneração dos administradores da Companhia. 7. Deliberações: Depois de examinada e discutida a matéria da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, 7.1. O Relatório Anual e as demonstrações financeiras referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2014. Uma vez aprovada a contabilidade fiscal encerrado em 31/12/2014, no balanço patrimonial (Lucros Acumulados) levantado em 31 de dezembro de 2014, no valor bruto de R\$ 67.195.103,72 (sessenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e três reais e setenta e dois centavos), dos quais R\$ 10.079.265,56 (dez milhões, setenta e dois mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) são pagos da Imposto de Renda (IRRF), os quais totalizam o montante líquido de impostos de R\$ 57.115.838,16 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e trinta e oito reais e dezesseis centavos). A destinação do montante líquido de impostos de R\$ 57.115.838,16 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e trinta e oito reais e dezesseis centavos) será efetuada da seguinte maneira: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para reserva legal no valor de R\$ 2.855.791,90 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, cento e noventa e cinco reais e nove centavos); (b) distribuição de dividendos no valor de R\$ 40.264.839,57 (quarenta milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos); e (c) distribuição de dividendos no valor de R\$ 42.090.005,19 (quarenta e dois milhões, noventa e cinco mil, cento e noventa e cinco reais e nove centavos) será pago a título de dividendo adicional. Os dividendos serão pagos até o dia 31 de dezembro de 2015. 7.2. Conforme Instrumento de Usufruto anexo, a acionista Hydro Aluminium Brasil Investment B.V. instituiu em usufruto seus direitos patrimoniais e financeiros decorrentes de suas ações na Companhia para a acionista

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	Associações, Sociedades e Firms	1
Avisos, Editais e Termos		
Associações, Sociedades e Firms		11
Condomínios		13
Leilões Extrajudiciais		13
Órgãos de Representação Profissional		13

Hydro Albras B.V. Pontão, a distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio definidos no item 7.1 acima serão pagos integralmente a acionista Hydro Albras B.V. 7.3 Remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2015 no montante de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), incluídas as remunerações de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) individualizadas pelo Conselho de Administração da Companhia. 7.4 Autorizar a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária na forma sumária, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. 8. Encerramento: Como nada mais havia a ser tratado, o Presidente da Assembleia declarou a presente Ata a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2015. Hans Joachim Kock. Presidente. Waldira Mossetta. Secretária. CER. TIDIO. Juceira registra nº 00002775341 em 25/06/2015. Bernardo F. S. Berwanger. Secretário-Geral. Id. 1853430

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/MF nº 09.248.606/0001-04 - NIRE 33.3.0028479-6

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2015, às 16:30h na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 12 de maio de 2015. Presença: Presenças os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Tereza Salsano, Bernardo Diekmann, Celso Damasceno, Jabo de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teveira. Presenças ainda os conselheiros suplentes Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião. 1. Ordem do Dia: (i) Ratificação da Eleição dos membros do Conselho de Administração realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015; e (ii) Assuntos Gerais. Deliberações: (i) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar a eleição dos atuais membros do Conselho de Administração. (ii) Luiz Pereira de Souza, brasileiro casado, contador, titular do documento de identidade nº 11.431.698, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.845.328-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que exerce a função de coordenador do referido Conselho. (iii) Renato Paulino de Carvalho Filho, brasileiro casado, advogado titular do documento de identidade nº 0081160514, expedido pelo IPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.726.577-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. (iv) Marcos Acácio Ferreira, brasileiro casado, economista titular do documento de identidade nº 32738061-5, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 210.557.189-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para novo mandato de 1 (um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016; e (v) Os membros do Conselho de Administração não deliberaram a título de assuntos gerais. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e arrolada corretamente, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Rosana Tereza Salsano - Conselheira Vice-Presidente; (ass.) Bernardo Diekmann - Conselheiro; (ass.) Celso Damasceno - Conselheiro; (ass.) Jabo de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.) Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; e (ass.) Ricardo José Iglesias Teveira - Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Lael Faoro - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.3.0028479-6, Protocolo 00.201519821-1, de 17/06/2015. Certidão de Deliberação em 22/06/2015 e o Registro sob o nº 00002772240. Bernardo F. S. Berwanger. Secretário Geral. Id. 1853431

N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 12.634.131/0001-00 - NIRE 33.300.301.461
Ata da AGE. Data, Hora e Local: Aos 16/06/2015, às 15h, RJ/RJ, na Rua Sete de Setembro nº 55, sala 1804, Centro. Convocação: De acordo com os termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. Presença: Presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. Mesa: Presidente Antônio Carlos Rodrigues e Secretária Evy da Cerqueira de Brito. Ordem do Dia: Examinar, discutir e deliberar acerca do aumento do capital social da Cia., mediante a subscrição de novas ações, e consequente alteração do art. 6º do Estatuto Social ("Deliberações Lançadas"). Após discutidas as matérias constantes das Deliberações Lançadas, os acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. deliberaram, sem quaisquer restrições, o quanto segue: (i) aumentar o capital social, dos atuais R\$380.684.062,00, para R\$389.784.062,00, sendo esse aumento no montante de R\$9.900.000,00, com a correspondente emissão de 8.900.000 (oito milhões e noventa mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do art. 170 da Lei das S.A. As ações emitidas são neste ato totalmente subscritas pela acionista CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A., nos termos do Boleim de Subscrição anexo (Anexo II) e mediante a expressão de concordância da outra acionista, que expressamente renuncia ao direito de preferência previsto no art. 171 da Lei das S.A. O capital ora subscrito é, neste ato, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, mediante a capitalização dos recursos remetidos pela subscritora integralizada da Cia. e de R\$389.784.062,00, totalmente integralizado em moeda corrente do país, dividido em 389.784.062 (trezentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil e setenta e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado foi oferecida a palavra a quem dela quiser usar e ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a sessão, após reaberta a sessão, foi lida, achada correta, aprovada e por todos os presentes assinada (Assinaturas) Antônio Carlos Rodrigues - Presidente, e Evy da Cerqueira de Brito - Secretária. Acionistas Presentes: SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS S.A. CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A. RJ/RJ, 16/06/2015. Juceira nº 2780758 em 29/06/2015. Bernardo F.S. Berwanger - Sec. Geral. Id. 1853434

F2C CONSULTORIA, ASSESSORIA E ANÁLISE DE INFORMÁTICA S/A

CNPJ - 07.737.631/0001-37

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras, levantadas em 2014 e 2013, e as respectivas Demonstrações de Resultados do Exercício, do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios fidei jurem das datas. Expressamos os nossos agradecimentos a todos.

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014 (Em Reais)				DEMONSTRAÇÃO DA MUTUAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013	Capital Integralizado	Capital Aporte	Reserva Legal	Reserva de Lucros
ATIVO	18.654.085	9.943.710	9.943.710	4.629.200		177.799	4.806.999
CIRCULANTE	19.120.850	9.278.538	9.278.538				
Caixa e Equivalente de Caixa	1.919.669	2.473.991	2.473.991				
Clientes	14.615.911	6.419.581	6.419.581				
Impostos a Recuperar	1.604.030	142.929	142.929				
Ativo Fiscal Diferido IRRJ e CSLL	124.182	166.685	166.685				
Outros Ativos	857.058	76.352	76.352				
NÃO CIRCULANTE	963.245	664.172	664.172				
Imobilizado	557.009	655.597	655.597				
Imobilizado de uso	1.387.441	1.326.681	1.326.681				
Depreciação Acumulada	-830.432	-671.084	-671.084				
Intangível	6.236	8.576	8.576				
Direito de Uso de Software	-15.457	-3.116	-3.116				
Amortização Acumulada	-9.454.092	-9.943.710	-9.943.710				
PASSIVO	10.932.366	5.067.596	5.067.596				
CIRCULANTE	10.932.366	5.067.596	5.067.596				
Fornecedores	3.907.221	40.604	40.604				
Emprestimos, Financiamentos e Encargos	2.191.288	30.244	30.244				
Impostos e Contribuições a Recolher	556.861	656.463	656.463				
Dividendos a Pagar	109.220	1.681.398	1.681.398				
Contas a Pagar	1.504.468	1.006.454	1.006.454				
Provisão de Férias	761.357	560.069	560.069				
Passivos Fiscais Diferido IRRJ e CSLL	1.436.623	275.203	275.203				
Provisão IRRJ e CSLL	285.328	177.015	177.015				
NÃO CIRCULANTE	73.179	69.115	69.115				
Empréstimos, Financiamentos e Encargos	73.179	69.115	69.115				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.676.550	4.806.999	4.806.999				
Capital Social	6.310.598	4.629.200	4.629.200				
Reserva Legal	292.768	177.799	177.799				
Reserva de Lucros	2.073.184						
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO (Em Reais)			
	2014	2013	2013				
Lucro do Exercício	2.299.373	3.555.973	3.555.973				
Total do Resultado Abrangente Líquido	2.299.373	3.555.973	3.555.973				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e as Normas e princípios da Contabilidade gerencialmente aceitos.
2. Apuração de resultado: As despesas e receitas foram reconhecidas pelo regime de competência, independentemente de seu efetivo pagamento ou recebimento.
3. O Capital Social é de R\$ 6.310.598 dividido em 4.629.075 ações ON.

DIRETOR FINANCEIRO
JOSÉ RAMON DA SILVA MURADAS JUNIOR
CONTADOR
JAIR BASTOS FILHO CRC-RJ 055791/O-4

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



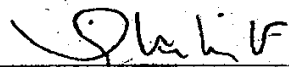
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:



Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente

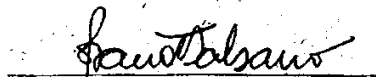


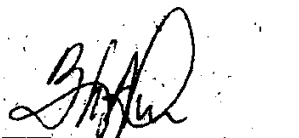
André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3

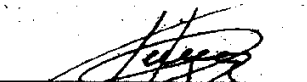





Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente



Bernardo Dieckmann
Conselheiro



Celso Damadi
Conselheiro

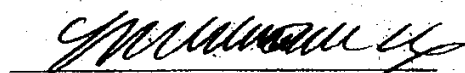

Francisco Alves de Souza
Conselheiro

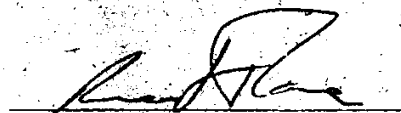

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro

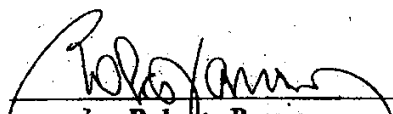

Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

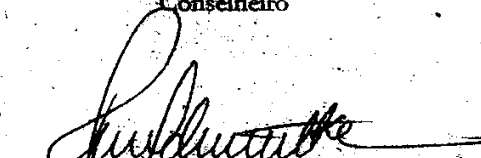

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro



Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

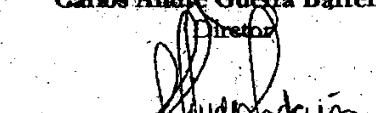

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor

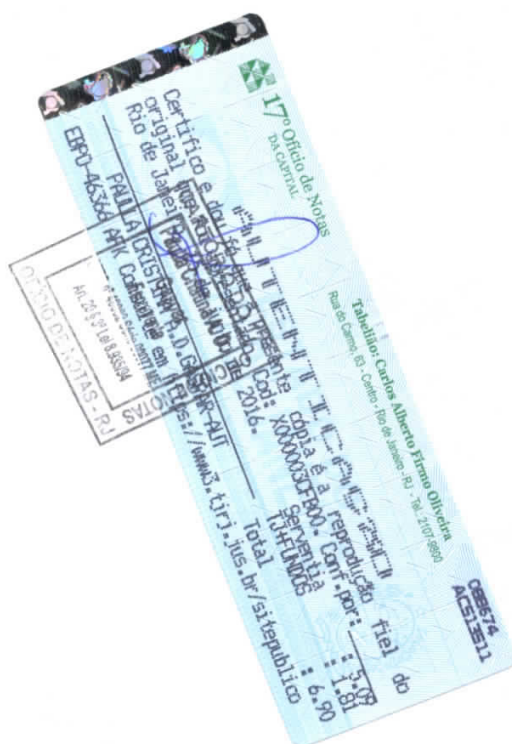

Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor

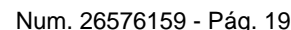

Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3







[illegible]



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DÚBIDA MENTAL, DISTÚRBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE 100 LITROS DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPLENIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADORAS MÍDIO. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). END. ESTRADA UNIV. 14.740, POSESSA, PIETROPOLIS - RJ. CEP. 25.770-480. Pietropolis-RJ, 02/12/2011.

HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA LPP
CNPJ Nº 04.289.430/0001-26
CONVOCAÇÃO (ART. 1152 E 1º E 3º DO COD CIVIL) Nesto ato fica convocado o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 27/01/2012 e no dia 27/01/2012, às 19h ou 2ª convocação, para formalização dos atos de venda do imóvel mencionado **2ª Habitação**, para formalização dos atos de venda do imóvel mencionado **2ª Habitação**.
O presente Edital é publicado por meio da Hydratec Comércio e Tecnologia Ltda.
LPP com sede na Rua: 2775 - Jd. Santa Helena nº 2775 - Jd. Santa Helena - Mairim/RJ CEP nº 20.775-050, por motivo de saúde, pois o mesmo se encontra em tratamento médico nos dias: 10/01/2012 / Angélio Pereira Braga - CRCRJ 018.380/0-7 CFP nº 32.445.537-77.

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91
AVISO - Acham-se a disposição dos Senhores Acadêmicos, no sentido social, na Avenida Nelo Peçanha 50 sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria



Vale

FATO RELEVANTE: A Vale S.A. (Vale) informou que está declarando maior faturamento (FM) em uma série de contratos do segmento de terra-padrão de hoje 11 de janeiro de 2012. Estamos incluindo em contratos com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos 15 acordos com o artigo 9º, § 4º da Instrução CVM nº 358, entre eles: "Nenhuma incorporação disponível no balanço da VAIL, ou qualquer outro sistema líquido resultante da CVM, no âmbito da VAIL, ou qualquer outra entidade controlada pela VAIL".
www.vale.com
Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012, João Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPORTE
 REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
 02.709 449/0011-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO inicia pública que-
rrela ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Empresa de
Operação para operar o Duto de Transferência de Água (DTE) e o
Terminal de Cabuburu e a Estação de Barra do Fundão, po-
suiendo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transpor-
te com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-
zembro de 2011 Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Pro-
cesso E-07/51246/12011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ 33.000.167/0001-01
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a COTAÇÃO Nº 001/10 DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUT 001/2010, avaliada até 28 de março de 2013, que a Autorização de Uso de Água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caruru com 1.000.000,00 (um milhão) litros por dia, para uso em 1 (uma) atividade de outros usos (captação e utilização do solo) no Rio Caruru, Município HM V. Baía de Guanabara, na Fazenda Macaeté, com o Cód. de Macaeté - Baía de Guanabara, Posto das Garças, município do Rio de Janeiro.

CAPTAÇÃO: Tetraedrilam COMPERJ, Corpo Hércules, Rio Grande, Rio de Janeiro. Vazão máxima instalada: 350 m³/s. Vazão média: 240 m³/s. Tempo de captação: 16.000 h/d. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 240.000 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 43' 11,285" e Long. 42° 50' 36,705". **CAPTAÇÃO:** EAF, Costa Verde, Rio de Janeiro. Vazão máxima instalada: 350 m³/s. Vazão média: 300 m³/s. Tempo de captação: 16.000 h/d. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144.000 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 49,765" e Long. 42° 51' 51,438". **CAPTAÇÃO:** EAF, Costa Verde, Rio de Janeiro. Vazão máxima instalada: 350 m³/s. Vazão média: 300 m³/s. Tempo de captação: 16.000 h/d. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144.000 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,126" e Long. 42° 52' 11,831". **CAPTAÇÃO:** EAF, Corpo Hércules, Rio Grande, Rio de Janeiro. Vazão máxima instalada: 350 m³/s. Vazão média: 300 m³/s. Tempo de captação: 16.000 h/d. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144.000 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 20,899" e Long. 42° 55' 24,819". **DESCARTE:** LAMC, Vazão máxima: 10 m³/s. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 10 m³. **PROCESSO N°:** E-07/10.023/2008

BR PETROBRAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 13300032061

[illegible]

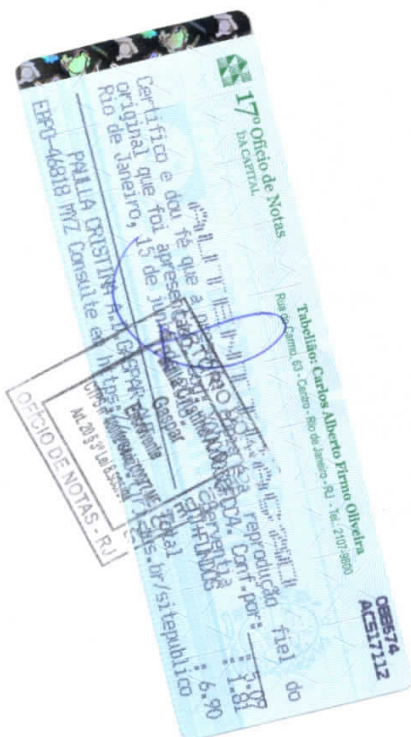
Avisos, Editais e Termos

Associacões, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LIDA
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

(SUMO) CONJUNTO SOCIAL SÓCIBUS JOAO GUILHERME FIDUA
ODRIPES ESTRELLA (CPF: 154.737.987/72), FRINFA SOUZA
NANDIO (CPF: 504.535.917/41), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA
CPF: 604.127.577-91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF: 407.775.857-
7) GEIETNO: ATRIBUÍDO DE 154.737.987/72





PARTE V
PUBLICACOES A PEDIDO

Associações, Sociedades e Firmas

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS

MPRESSO

Atas, Cartões e Demonstrações
Relacionando-se aos dados e forma

Avisos, Editais e Termos
Associações, Fundações e Empresas
Leilões de Imóveis

19/09/2016

FERNANDES ARAUJO ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Id. 1790903.

AQUÁRIO AQUÁRIO MARINHO DO RIO DE JANEIRO S.A.
CNPJ nº 19.624.745/0001-50 NIRE 33.500.30992-6

04/09/2008

[illegible]

SANES BRASIL AGROINDUSTRIAL S/A
CNPJ: 13.718.276/0001-06 NIRE: 1330151/22

158 1777050

LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 10.375.812/0001-75 - NIRE 33.300.218/41-4

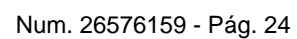
[illegible]

Hernando J. S. Barwanger, *Secretario General* 10/1/1985

NAI CAMPINAS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 13.526.116/0001-18, NIRE nº 33.300.011/11-7

171 02000 S





SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

0800716-59.2018.8.15.0231

Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA LIMA ONOFRE - PB13425

/ Nome: MARIA JOSE DA SILVA

Endereço: zona rural, s/n, Sítio Ipióca, ITAPOROROCA - PB - CEP: 58275-000

Advogado do(a) RÉU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

/ Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, n. 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

DECISÃO

Trata-se de uma ação de cobrança para fins de percepção do valor relativo ao seguro DPVAT, cujo processo foi encaminhado para o CEJUSC desta Comarca de Mamanguape/PB, no desígnio de ser realizada a perícia e, em ato contínuo, audiência de tentativa de conciliação.

Assim, tendo em vista que a Medida Provisória n. 451/2008, dentre outras disposições, alterou o texto dos artigos 3º e 5º da Lei n. 6.194/1974 (artigo 20), assim como anexou tabela à decantada lei, a mesma estabeleceu percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais (artigo 21). A mencionada medida provisória foi convertida na Lei n. 11.945/2009.

Deste modo, nos sinistros cobertos pelo seguro DPVAT verificados posteriormente a edição da MP n. 451, publicada em 16 de dezembro e retificada em 22 de dezembro de 2008, para a liquidação do sinistro, em casos de invalidez permanente, total ou parcial, aplicar-se-á a tabela legal, observando os percentuais sobre o valor máximo da indenização em vigor, conforme o local, o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade¹.

DESIGNE dia e hora para ter lugar a realização do **exame pericial**, bem como, em ato contínuo, audiência de **tentativa de conciliação**, no Tribunal do Júri desta comarca, a ser realizada por esse núcleo. Não sobrevindo acordo entre as partes, determino que sejam as mesmas encaminhadas, com o respectivo processo, no mesmo dia e horário, para o Juízo de origem, no desígnio de ser realizada **audiência de instrução e julgamento**, com a prolação da respectiva sentença, se assim for o entendimento (salvo se se tratar de audiência inaugural, ocasião em que será concedido prazo para apresentação de defesa).

Nos termos do convênio n. 015/2014, nomeio **Dr(a). ROBERTO PIRES DE ALMEIDA – CRM n. 7118/PB** (e-mail: robertopial@hotmail.com) OU **Dr(a). RAYSSA DANTAS DE AZEVEDO ALMEIDA – CRM n. 7058/PB** (telefone: (083) 98803-3033/e-mail: rayssadantas@hotmail.com) **para realização do exame pericial (devendo perceber os honorários periciais aquele que realizar/inscrever a respectiva prova pericial)**, independentemente de compromisso, onde deverá responder, além dos quesitos apresentados pelas partes, as seguintes questões, além daquelas eventualmente formuladas pelo Juízo de origem:

1. O examinando é portador de invalidez e/ou debilidade permanente?



2. Essa invalidez e/ou debilidade é de natureza congênita?

3. Essa invalidez e/ou debilidade é decorrente de acidente automobilístico?

4. A invalidez e/ou debilidade diminuiu a função do membro ou órgão atingido?

5. Qual o grau dessa invalidez e/ou debilidade, numa escala de 0 a 100%, de acordo com a tabela constante na Lei do DPVAT (Lei n. 6.194/1974, com as alterações inseridas pela Lei n. 11.945/2009)?

Adote as seguintes diligências:

1. Intime as partes para, no prazo de quinze dias, contados da intimação desse despacho, arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; indicar assistente técnico e apresentar quesitos (art. 465, §1º do CPC).

2. Intime a Seguradora Líder, por carta com aviso de recebimento, para tomar ciência e, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento dos honorários periciais, nos termos da cláusula primeira do convênio n. 015/2014, que entre si celebraram o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S/A.

3. Figurando a Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda, prescindível a expedição de carta com aviso de recebimento, sendo necessário, apenas, sua intimação para recolhimento dos valores relativos aos honorários periciais, o qual deverá ser adimplido, no prazo de quinze dias, contados da leitura eletrônica.

Com a finalidade de conceder maior efetividade ao mutirão a ser realizado, DETERMINO que esse CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC) contacte a Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S/A, por meio telefônico e por ofício, informando-lhe acerca do mutirão a ser realizado, para fins de designação de assistente técnico pericial, viabilizando, assim, que, na mesma data, seja realizada a audiência de instrução e julgamento.

Intime o(a) perito(a) nomeado(a), dando-lhe ciência da presente nomeação, bem como intimando-o(a) da data, hora e local para a realização do exame pericial no(a) promovente, podendo tal comunicação ser realizada via email. Concedo-lhe o prazo de quinze dias para apresentação do laudo, a contar da data da realização do exame pericial.

Intime as partes, inclusive para, no prazo de cinco dias, querendo, apresentem manifestação, nos termos art. 373, §1º, última parte, do CPC.

ATENÇÃO: INTIME PESSOALMENTE A PARTE AUTORA, POR MEIO DE MANDADO.

CONSTE NAS INTIMAÇÕES DA PARTE AUTORA (por mandado e por meio do seu advogado) QUE, NO DIA DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, DEVERÁ COMPARECER MUNIDA DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS, ALÉM DE EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE RELACIONEM COM A DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL.

CONSTE, AINDA, QUE A AUSÊNCIA INJUSTIFICADA AO EXAME PERICIAL IMPORTARÁ NA RENÚNCIA À REALIZAÇÃO DA REFERIDA PROVA.



Essa decisão serve como carta/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do Provimento CGJ nº 08/2014.

Expeça mandado de intimação urgente, se for o caso.

P.J.

Mamanguape/PB, 23 de janeiro de 2020.

Juliana Duarte Maroja

Juíza de Direito – Coordenadora do CEJUSC

Comarca de Mamanguape/PB



¹Súmula n. 474 do STJ: "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".



Segue anexo.





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DE
MAMANGUAPE - PARAÍBA.

AUTOS Nº 0800716-59.2018.8.15.0231

MARIA JOSE DA SILVA, já qualificada nos autos do processo
identificado em epígrafe, em que contende com **SEGURADORA LIDER DOS
CONSORCIOS S/A**, igualmente qualificado, vem, por meio de sua advogada infra
firmada e legalmente constituída, respeitosamente apresentar seu:

ROL DE QUESITOS

À serem apreciados e respondidos pelo(a) perito(a) nomeado(a) pelo MM.
Juízo, o que faz da seguinte forma:

1. Quais os tipos das lesões sofridas pela parte Autora em decorrência do acidente de trânsito mencionado na petição inicial?
2. Existem lesões remanescentes na Autora após o acidente?
3. Queira o Sr. Perito esclarecer se as lesões são de caráter temporário ou definitivo.
4. Houve perda da força, mobilidade, flexibilidade ou outra limitação em virtude da lesão sofrida no acidente? Favor especificar as mesmas e o grau de perda.
5. Das lesões identificadas, quais foram às consequências traumáticas e funcionais dos órgãos/membros afetados.
6. Qual foi o tratamento médico aplicado a Autora? Quanto tempo durou tal tratamento? Houve a necessidade de cirurgia?
7. Havendo sequelas, existe tratamento para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s)? Se sim, qual(is) o(s) tratamento(s) recomendado(s) para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s)? Qual(is) seu(s) custo(s) médico(s)?

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro

Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000

JOÃO PESSOA: AV. ALMIRANTE BARROSO, 600 - SALA 903 - CENTRO

MAMANGUAPE: RUA FRANCISCO ARAUJO, 35 - CENTRO

ROBERTA LIMA ONOFRE
robertaonofre@gmail.com

(83) 99682-5221

(83) 98714-2159

(83) 99132-5995





8. As sequelas são crônicas e irreversíveis?
9. Há debilidade permanente em algum membro do corpo?
10. Qual o percentual da perda funcional da parte autora em face da (s) lesão (es) ocasionada (s) em decorrência do sinistro?
11. Se necessário prestar outras informações que o caso requeira e sejam pertinentes à solução da lide.

Nestes termos, Pede deferimento.

João Pessoa – PB, 11 de fevereiro de 2020.

ROBERTA ONOFRE RAMOS

OAB/PB 13.425

RAFAELA LIMA MOURA DE ARAÚJO

OAB/PB 26.373

João Pessoa-PB: Av. Almirante Barroso, 600, sala 903, Ed. Villa Empresarial, Centro

Mamanguape-PB: Rua Francisco Araújo, 35, Centro, CEP 58280-000

JOÃO PESSOA: AV. ALMIRANTE BARROSO, 600 - SALA 903 - CENTRO

MAMANGUAPE: RUA FRANCISCO ARAÚJO, 35 - CENTRO

E-mail: robertaonofre@gmail.com

ROBERTAONOFRE@GMAIL.COM

(83) 99682-5221

(83) 98714-2159

(83) 99132-5995



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE MAMANGUAPE
Juízo do(a) Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB

v.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO:0800716-59.2018.8.15.0231

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO:[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

RÉU: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). JULIANA DUARTE MAROJA, MM Juiz(a) de Direito deste Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0800716-59.2018.8.15.0231, fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), INTIMADA(s) para tomar ciência da DECISÃO (número identificador do documento transcrito abaixo), bem como INTIMADA(s) para PERÍCIA E AUDIÊNCIA designada:

Tipo: Conciliação Sala: PERICIA/CONCILIAÇÃO DPVAT Data: 05/05/2020 Hora: 08:30, no CEJUSC Fórum da
Comarca de Mamanguape.

Advogado do(a) AUTOR: Advogado: ROBERTA LIMA ONOFRE OAB: PB13425

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

Observação: A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

MAMANGUAPE-PB, 5 de março de 2020

De ordem, EVA WILMA HERCULANO FERNANDES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20012310521110200000026670546



Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE MAMANGUAPE
Juízo do(a) Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVIDO

Nº DO PROCESSO:0800716-59.2018.8.15.0231

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO:[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

RÉU: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). JULIANA DUARTE MAROJA, MM Juiz(a) de Direito deste Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº0800716-59.2018.8.15.0231 , fica(m) a(s) parte(s) RÉU:RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para tomar ciência da DECISÃO (número identificador do documento transcrito abaixo), bem como **INTIMADA(s)** para PERÍCIA E AUDIÊNCIA designada :

Tipo: Conciliação Sala: PERICIA/CONCILIAÇÃO DPVAT Data: 05/05/2020 Hora: 08:30 , no CEJUSC Fórum da Comarca de Mamanguape.

Advogado do(a) RÉU: Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

Observação: A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

MAMANGUAPE-PB, 5 de março de 2020

De ordem, EVA WILMA HERCULANO FERNANDES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20012310521110200000026670546



Poder Judiciário da Paraíba
Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0800716-59.2018.8.15.0231
AÇÃO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR : Nome: MARIA JOSE DA SILVA
Endereço: zona rural, s/n, Sítio Ipióca, ITAPOROROCA - PB - CEP: 58275-000

RÉU: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, n. 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Nome: AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA
Endereço Nome: MARIA JOSE DA SILVA
Endereço: zona rural, s/n, Sítio Ipióca, ITAPOROROCA - PB - CEP: 58275-000

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, **INTIME-SE** a parte autora supra identificada, a fim de, comparecer à PERÍCIA e AUDIÊNCIA designada de:

Tipo: Conciliação Sala: PERICIA/CONCILIAÇÃO DPVAT Data: 05/05/2020 Hora: 08:30, a realizar-se no CEJUSC/MAMANGUAPE, deste Fórum da Comarca de Mamanguape. Tudo, conforme deliberação judicial proferida, cujo link segue abaixo informado.

OBSERVAÇÃO: O OFICIAL DE JUSTIÇA DEVERÁ INFORMAR A PARTE AUTORA QUE NO DIA DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, DEVERÁ COMPARECER MUNIDA DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS, ALÉM DE EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE RELACIONEM COM A DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL E , QUE A AUSÊNCIA INJUSTIFICADA AO EXAME PERICIAL IMPORTARÁ NA RENÚNCIA À REALIZAÇÃO DA REFERIDA PROVA.

Mamanguape, 5 de março de 2020



EVA WILMA HERCULANO FERNANDES
Técnico Judiciário

Documento datado e assinado eletronicamente – art. 2º, Lei. 11.419/2016”

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20012310521110200000026670546



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 CJSCC DA COMARCA DE MAMANGUAPE/PB

Processo: 08007165920188150231

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MAMANGUAPE, 18 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 CJSCC DA COMARCA DE MAMANGUAPE/PB

Processo: 08007165920188150231

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

MAMANGUAPE, 9 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





Banco do Brasil

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			1900107166259	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		07/04/2020	0944	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	
06/04/2020	2582376	08007165920188150231	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
MAMANGUAPE	2 VARA CIVEL		RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
			Juridico	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
MARIA JOSE DA SILVA			Fisica	71469125404
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
2E7AB45816B3383B				
CÓDIGO DE BARRAS				





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE MAMANGUAPE

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania- CEJUSC

Fórum Des. Miguel Levino, Av. Pres. Kennedy, S/N CEP 58280-000

Telefone: (83)3292-4230

Nº DO PROCESSO:0800716-59.2018.8.15.0231

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO:[Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, conforme a publicação do Ato Conjunto nº 004/2020/TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB que prorroga a vigência dos Atos Normativos Conjuntos nº 002 e 003/2020/TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB, que dispõem sobre o funcionamento dos órgãos da Justiça, no período das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (Covid-19) até o dia 30 de abril de 2020, bem como nos termos do art. 11 do Ato Normativo Conjunto nº 001/2020/TJPB/MPPB/OAB-PB, está cancelada a audiência designada **Tipo: Conciliação Sala: PERICIA/CONCILIAÇÃO DPVAT Data: 05/05/2020 Hora: 08:30**, com base no art. 313, inciso VI, do NPCPC, o processo ficará suspenso até a atual crise seja superada, sendo redesignadas para os dias 29/09, 30/09 e 01/10/2020.



Mamanguape, 1 de maio de 2020.

De Ordem, EVA WILMA HERCULANO FERNANDES

Técnico Judiciário

(Documento datado e assinado eletronicamente – art. 2º, Lei. 11.419/2016”)



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, DEIXEI DE CUMPRIR a diligência retro, em face da suspensão dos atos presenciais por força do ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 004/2020/TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB, o qual prorrogou a vigência dos Atos Normativos Conjuntos nº 002 e 03/2020/TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB, até 15/05/2020. O referido é verdade.

14 de maio de 2020

NAZARENO DE LIMA PEREIRA



[Acidente de Trânsito]

0800716-59.2018.8.15.0231

Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA LIMA ONOFRE - PB13425
Nome: MARIA JOSE DA SILVA
Endereço: zona rural, s/n, Sítio Ipióca, ITAPOROROCA - PB - CEP: 58275-000

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, n. 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

DECISÃO

Considerando a necessidade de realização de perícia médica e da manutenção do 'distanciamento social', **INTIME as partes, por meio do seu patrono e pessoalmente (parte autora – mandado judicial)**, para participarem da perícia médica judicial e audiência de **tentativa de conciliação virtual**.

A perícia será realizada no Fórum local, devendo comparecer, no dia e hora agendado, **EXCLUSIVAMENTE** a parte autora desacompanhada (salvo se apresentar dificuldade de locomoção ou ante a necessidade absoluta de acompanhante), médico perito e os assistentes da perícia, podendo, estes últimos, participarem do ato virtualmente, os quais deverão assim se manifestar expressamente nos autos, para fins de publicação do respectivo link do exame.

Confeccionado o laudo pericial, será o mesmo imediatamente apresentado ao Juízo, que, por sua vez, realizará, em ato contínuo, a audiência **VIRTUAL** de tentativa de conciliação virtual (advogados e prepostos), no dia e hora agendados.

Nos termos do convênio n. 015/2014, nomeio **Dr(a). ROBERTO PIRES DE ALMEIDA – CRM n. 7118/PB** (e-mail: robertopial@hotmail.com) OU **Dr(a). RAYSSA DANTAS DE AZEVEDO ALMEIDA – CRM n. 7058/PB** (telefone: (083) 98803-3033/e-mail: rayssadantas@hotmail.com) **para realização do exame pericial (devendo perceber os honorários periciais aquele que realizar/subscrever a respectiva prova pericial)**, independentemente de compromisso, onde deverá responder, além dos quesitos apresentados pelas partes, as seguintes questões, além daquelas eventualmente formuladas pelo Juízo de origem:

1. O examinando é portador de invalidez e/ou debilidade permanente?
2. Essa invalidez e/ou debilidade é de natureza congênita?
3. Essa invalidez e/ou debilidade é decorrente de acidente automobilístico?
4. A invalidez e/ou debilidade diminuiu a função do membro ou órgão atingido?
5. Qual o grau dessa invalidez e/ou debilidade, numa escala de 0 a 100%, de acordo com a tabela constante na Lei do DPVAT (Lei n. 6.194/1974, com as alterações inseridas pela Lei n. 11.945/2009)?



1. Intime as partes para, no prazo de quinze dias, contados da intimação desse despacho, arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; indicar assistente técnico e apresentar quesitos (art. 465, §1º do CPC), incluindo seu número de telefone celular e *e-mail*, *devendo NO MESMO ATO, informar se desejam participam do ato, na sua forma virtual*;

2. Intime a Seguradora Líder, pelo sistema PJE e por e-mail (philippe.rocha@seguradoralider.com.br), para tomar ciência e, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento dos honorários periciais, nos termos da cláusula primeira do convênio n. 015/2014, que entre si celebraram o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S/A.

Com a finalidade de conceder maior efetividade, DETERMINO que esse CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC) contacte a Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S/A, por meio telefônico e por ofício, informando-lhe acerca do ato a ser realizado, para fins de designação de assistente técnico pericial, viabilizando, assim, que, na mesma data, seja apresentada proposta de acordo.

Intime o(a) perito(a) nomeado(a), dando-lhe ciência da presente nomeação, bem como intimando-o(a) da data, hora e local para a realização do exame pericial no(a) promovente, podendo tal comunicação ser realizada via e-mail, devendo apresentar o laudo após finalizado o exame pericial, SALVO se entender pela necessidade de concessão de prazo, o que, de logo, **CONCEDO-LHE o prazo de quinze dias para apresentação do laudo, a contar da data da realização do exame pericial.**

Intime as partes, inclusive para, no prazo de cinco dias, querendo, apresentem manifestação, nos termos art. 373, §1º, última parte, do CPC.

ATENÇÃO: CONSTE NAS INTIMAÇÕES DA PARTE AUTORA (por meio do seu advogado):

1. ATÉ CINCO DIAS QUE ANTECEDE A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, DEVERÁ INSERIR NO SISTEMA PJE SEUS EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE RELACIONEM COM A DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL;

2. NO DIA DA PERÍCIA, DEVERÁ COMPARECER DESACOMPANHADA, MUNIDA DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS, PARA FINS DE REGISTRO VISUAL;

3. CONSTE, AINDA, QUE, DIANTE DA CONCORDÂNCIA DA PARTE AUTORA À SUBMISSÃO AO EXAME PERICIAL VIRTUAL, A AUSÊNCIA INJUSTIFICADA AO EXAME PERICIAL IMPORTARÁ NA RENÚNCIA À REALIZAÇÃO DA REFERIDA PROVA;

4. FICA A PARTE AUTORA ADVERTIDA QUE, DIANTE DA ÉTICA MÉDICA E COM A FINALIDADE DE GARANTIR A INVIOABILIDADE DE SUA IMAGEM E DOS RESPECTIVOS PROFISSIONAIS, PARTICIPARÃO DO EXAME PERICIAL TÃO SOMENTE A PARTE AUTORA, O PERITO JUDICIAL E ASSISTENTES PERICIAIS, E CUJAS IMAGENS NÃO PODERÃO SER GRAVADAS PELO PERICIANDO, OU, AINDA, FOTOGRAFADAS OU COMPARTILHADAS POR QUALQUER MEIO DE PROPAGAÇÃO DE INFORMAÇÕES, FICANDO SOB SUA RESPONSABILIDADE A PARTICIPAÇÃO DE TERCEIRO ESTRANHO AO ATO E EVENTUAL DIVULGAÇÃO DE SUAS IMAGENS;

Tomadas tais providências, DESIGNE DIA E HORA PARA REALIZAÇÃO DO ATO, COM COMPARTILHAMENTO DO LINK ABAIXO DISPONIBILIZADO.



Essa decisão serve como carta/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do Provimento CGJ nº 08/2014.

Telefone de contato CEJUSC Mamanguape/PB: (083) 9676-1375 (chefe: Eva).

E-mail: mam-civ-cejusc01@tjpb.jus.br

E-mail: <https://cnj.webex.com/meet/juizadoespecialmme>

P.I.

Mamanguape/PB, 8 de julho de 2020.

Juliana Duarte Maroja

Juíza de Direito – Coordenadora do CEJUSC

Comarca de Mamanguape/PB



Em anexo





EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DO CEJUSC -
COMARCA DE MAMANGUAPE/PB.

PROCESSO Nº 0800716-59.2018.8.15.0231

MARIA JOSE DA SILVA, já qualificada nos autos do processo identificado em epígrafe, em que contende com **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, igualmente qualificado, vem, por meio de sua advogada infra firmada e legalmente constituída, respeitosamente informar ciência da Decisão ID 32151095, bem como aguarda data para realização da perícia e audiência.

Ademais, vem informar o telefone de contato e e-mail da parte autora:

- Telefone: (83) 9 9682-5221; (83) 9 9918-8844
- E-mail: robertaonofre@gmail.com

Nestes termos, Pede deferimento.

João Pessoa – PB, 20 de julho de 2020.

ROBERTA ONOFRE RAMOS

OAB/PB 13.425

RAFAELA LIMA MOURA DE ARAÚJO

OAB/PB 26.373



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE MAMANGUAPE
Juízo do(a) Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB

EXPEDIENTE - INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

Nº DO PROCESSO:0800716-59.2018.8.15.0231

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO:[Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

Advogado: ROBERTA LIMA ONOFRE OAB: PB13425 Endereço: desconhecido

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). JULIANA DUARTE MAROJA, MM Juiz(a) de Direito deste Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº0800716-59.2018.8.15.0231 , fica(m) a(s) parte(s) , **INTIMADA(s)** para tomar ciência da DECISÃO (número identificador do documento transcrito abaixo), bem como **INTIMADA(s)** para PERÍCIA E AUDIÊNCIA VIRTUAL nos dias e horários abaixo indicados:

PERÍCIA PRESENCIAL: 08/10/2020 08h30 - SALA CEJUSC - FÓRUM DE MAMANGUAPE

AUDIÊNCIA VIRTUAL:15/10/2020 - 08h40 - SALA VIRTUAL CONCILIADOR II

SALA DE AUDIÊNCIA VIRTUAL: <https://cnj.webex.com/meet/juizadoespecialmme>



1. A PARTE AUTORA, CINCO DIAS ANTES DA DATA PERÍCIA, DEVERÁ INSERIR NO SISTEMA PJE SEUS EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE RELACIONEM COM A DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL, OU APRESENTÁ-LOS FISICAMENTE NO DIA AGENDADO;
2. NO DIA DA PERÍCIA, PARA EVITAR AGLOMERAÇÃO, DEVERÁ COMPARECER O PERICIANDO DESACOMPANHADO, salvo se restar impossibilitado fisicamente, MUNIDO DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS E EXAMES, SE FOR O CASO;

Mamanguape, 16 de agosto de 2020

EVA WILMA HERCULANO FERNANDES

Técnico Judiciário

Documento datado e assinado eletronicamente – art. 2º, Lei. 11.419/2016”

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	18042615595625900000013599440
1. PETIÇÃO INICIAL - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA	Documento de Comprovação	18042614470316600000013599829
2. PROCURAÇÃO	Procuração	18042614470987700000013599834
3. CPF	Documento de Identificação	18042614471821600000013599841
4. SINISTRO - COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação	18042614472565700000013599852
5. BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	18042614473032300000013599858
6. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	18042614473737900000013599866
7. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	18042614474354500000013599870
Despacho	Despacho	18050409093555200000013717612
Carta	Carta	19030610134377500000019064476
Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento	19042319273558400000020175168
AR	Aviso de Recebimento	19042319273586200000020175169
Contestação	Contestação	19051013500348600000020506871
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_1	Documento de Comprovação	19051013500470300000020506872
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_2	Documento de Comprovação	19051013500578900000020506873
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_3	Documento de Comprovação	19051013500690100000020506874
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	19051013500779400000020507225
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	19051013500860500000020507227
CONTESTAÇÃO E SUBS	Outros Documentos	19051013500952200000020507228
Expediente	Expediente	19071911515420400000022163003
Impugnação - Maria José	Petição	19072309533676500000022220491
IMPUGNAÇÃO CÍVEL DPVAT - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	19072309533807100000022220493
Despacho	Despacho	19111309015271400000025291227
Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos	19112713411137100000020507237
PROCURAÇÃO ATOS SUBS_2016	Procuração	19112713411423900000025663662
SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento	19112713411720700000025663663
Decisão	Decisão	20012310521110200000026670546
ROL DE QUESITOS	Petição	20021109393564300000027157695
ROL DE QUESITOS	Outros Documentos	20021109393607900000027157697
Expediente	Expediente	20030512020765600000027768826
Carta	Carta	20030512021128900000027768827
Expediente	Expediente	20030512021192300000027768828
Mandado	Mandado	20030512021247900000027768829
Petição	Petição	20032009582860100000028210916
2582376_PETICAO_DE_QUESITOS_01	Outros Documentos	2003200958288900000028211125
Petição	Petição	20041317343847100000028680240
2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos	20041317343960000000028680243



2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos	2004131734403060000028680244
Termo de Audiência	Termo de Audiência	20050122111871500000029130376
Expediente	Expediente	20050122111871500000029130376
Expediente	Expediente	20050122111871500000029130376
Diligência	Diligência	20051412352625200000029445365
Decisão	Decisão	20070811201585100000030811284
Petição	Petição	20072014004457200000031113391
Petição - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	20072014004644400000031113393



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE MAMANGUAPE
Juízo do(a) Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB

EXPEDIENTE - INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

Nº DO PROCESSO:0800716-59.2018.8.15.0231

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO:[Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

Advogado: ROBERTA LIMA ONOFRE OAB: PB13425 Endereço: desconhecido

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). JULIANA DUARTE MAROJA, MM Juiz(a) de Direito deste Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº0800716-59.2018.8.15.0231 , fica(m) a(s) parte(s) , **INTIMADA(s)** para tomar ciência da DECISÃO (número identificador do documento transcrito abaixo), bem como **INTIMADA(s)** para PERÍCIA E AUDIÊNCIA VIRTUAL nos dias e horários abaixo indicados:

PERÍCIA PRESENCIAL: 08/10/2020 08h30 - SALA CEJUSC - FÓRUM DE MAMANGUAPE

AUDIÊNCIA VIRTUAL:15/10/2020 - 08h40 - SALA VIRTUAL CONCILIADOR II

SALA DE AUDIÊNCIA VIRTUAL: <https://cnj.webex.com/meet/juizadoespecialmme>

1. A PARTE AUTORA, CINCO DIAS ANTES DA DATA PERÍCIA, DEVERÁ INSERIR NO SISTEMA PJE SEUS EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE RELACIONEM COM A



DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL, OU APRESENTÁ-LOS FISICAMENTE NO DIA AGENDADO;

2. NO DIA DA PERÍCIA, PARA EVITAR AGLOMERAÇÃO, DEVERÁ COMPARECER O PERICIANDO DESACOMPANHADO, salvo se restar impossibilitado fisicamente, MUNIDO DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS E EXAMES, SE FOR O CASO;

Mamanguape, 16 de agosto de 2020

EVA WILMA HERCULANO FERNANDES

Técnico Judiciário

Documento datado e assinado eletronicamente – art. 2º, Lei. 11.419/2016”

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	18042615595625900000013599440
1. PETIÇÃO INICIAL - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA	Documento de Comprovação	18042614470316600000013599829
2. PROCURAÇÃO	Procuração	18042614470987700000013599834
3. CPF	Documento de Identificação	18042614471821600000013599841
4. SINISTRO - COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação	18042614472565700000013599852
5. BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	18042614473032300000013599858
6. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	18042614473737900000013599866
7. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	18042614474354500000013599870
Despacho	Despacho	18050409093555200000013717612
Carta	Carta	19030610134377500000019064476
Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento	19042319273558400000020175168
AR	Aviso de Recebimento	19042319273586200000020175169
Contestação	Contestação	19051013500348600000020506871
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_1	Documento de Comprovação	19051013500470300000020506872
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_2	Documento de Comprovação	19051013500578900000020506873
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_3	Documento de Comprovação	19051013500690100000020506874
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	19051013500779400000020507225
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	19051013500860500000020507227
CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos	19051013500952200000020507228
Expediente	Expediente	19071911515420400000022163003
Impugnação - Maria José	Petição	19072309533676500000022220491
IMPUGNAÇÃO CÍVEL DPVAT - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	19072309533807100000022220493
Despacho	Despacho	19111309015271400000025291227
Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos	19112713411137100000020507237
PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016	Procuração	19112713411423900000025663662
SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento	19112713411720700000025663663
Decisão	Decisão	20012310521110200000026670546
ROL DE QUESITOS	Petição	20021109393564300000027157695
ROL DE QUESITOS	Outros Documentos	20021109393607900000027157697
Expediente	Expediente	20030512020765600000027768826
Carta	Carta	20030512021128900000027768827
Expediente	Expediente	20030512021192300000027768828
Mandado	Mandado	20030512021247900000027768829
Petição	Petição	20032009582860100000028210916
2582376_PETICAO_DE_QUESITOS_01	Outros Documentos	2003200958288900000028211125
Petição	Petição	20041317343847100000028680240
2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos	20041317343960000000028680243
2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos	20041317344030600000028680244
Termo de Audiência	Termo de Audiência	20050122111871500000029130376
Expediente	Expediente	20050122111871500000029130376
Expediente	Expediente	20050122111871500000029130376



Diligência	Diligência	20051412352625200000029445365
Decisão	Decisão	20070811201585100000030811284
Petição	Petição	20072014004457200000031113391
Petição - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	20072014004644400000031113393



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE MAMANGUAPE
Juízo do(a) Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB

EXPEDIENTE - INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

Nº DO PROCESSO:0800716-59.2018.8.15.0231

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO:[Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

Advogado: ROBERTA LIMA ONOFRE OAB: PB13425 Endereço: desconhecido

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). JULIANA DUARTE MAROJA, MM Juiz(a) de Direito deste Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº0800716-59.2018.8.15.0231 , fica(m) a(s) parte(s) , **INTIMADA(s)** para tomar ciência da DECISÃO (número identificador do documento transcrito abaixo), bem como **INTIMADA(s)** para PERÍCIA E AUDIÊNCIA VIRTUAL nos dias e horários abaixo indicados:

PERÍCIA PRESENCIAL: 08/10/2020 08h30 - SALA CEJUSC - FÓRUM DE MAMANGUAPE

AUDIÊNCIA VIRTUAL:15/10/2020 - 08h40 - SALA VIRTUAL CONCILIADOR II

SALA DE AUDIÊNCIA VIRTUAL: <https://cnj.webex.com/meet/juizadoespecialmme>

1. A PARTE AUTORA, CINCO DIAS ANTES DA DATA PERÍCIA, DEVERÁ INSERIR NO SISTEMA PJE SEUS EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE RELACIONEM COM A



DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL, OU APRESENTÁ-LOS FISICAMENTE NO DIA AGENDADO;

2. NO DIA DA PERÍCIA, PARA EVITAR AGLOMERAÇÃO, DEVERÁ COMPARECER O PERICIANDO DESACOMPANHADO, salvo se restar impossibilitado fisicamente, MUNIDO DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS E EXAMES, SE FOR O CASO;

Mamanguape, 16 de agosto de 2020

EVA WILMA HERCULANO FERNANDES

Técnico Judiciário

Documento datado e assinado eletronicamente – art. 2º, Lei. 11.419/2016”

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	18042615595625900000013599440
1. PETIÇÃO INICIAL - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA	Documento de Comprovação	18042614470316600000013599829
2. PROCURAÇÃO	Procuração	18042614470987700000013599834
3. CPF	Documento de Identificação	18042614471821600000013599841
4. SINISTRO - COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação	18042614472565700000013599852
5. BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	18042614473032300000013599858
6. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	18042614473737900000013599866
7. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	18042614474354500000013599870
Despacho	Despacho	18050409093555200000013717612
Carta	Carta	19030610134377500000019064476
Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento	19042319273558400000020175168
AR	Aviso de Recebimento	19042319273586200000020175169
Contestação	Contestação	19051013500348600000020506871
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_1	Documento de Comprovação	19051013500470300000020506872
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_2	Documento de Comprovação	19051013500578900000020506873
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_3	Documento de Comprovação	19051013500690100000020506874
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	19051013500779400000020507225
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	19051013500860500000020507227
CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos	19051013500952200000020507228
Expediente	Expediente	19071911515420400000022163003
Impugnação - Maria José	Petição	19072309533676500000022220491
IMPUGNAÇÃO CÍVEL DPVAT - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	19072309533807100000022220493
Despacho	Despacho	19111309015271400000025291227
Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos	19112713411137100000020507237
PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016	Procuração	19112713411423900000025663662
SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento	19112713411720700000025663663
Decisão	Decisão	20012310521110200000026670546
ROL DE QUESITOS	Petição	20021109393564300000027157695
ROL DE QUESITOS	Outros Documentos	20021109393607900000027157697
Expediente	Expediente	20030512020765600000027768826
Carta	Carta	20030512021128900000027768827
Expediente	Expediente	20030512021192300000027768828
Mandado	Mandado	20030512021247900000027768829
Petição	Petição	20032009582860100000028210916
2582376_PETICAO_DE_QUESITOS_01	Outros Documentos	20032009582889000000028211125
Petição	Petição	20041317343847100000028680240
2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos	20041317343960000000028680243
2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos	20041317344030600000028680244
Termo de Audiência	Termo de Audiência	20050122111871500000029130376
Expediente	Expediente	20050122111871500000029130376
Expediente	Expediente	20050122111871500000029130376



Diligência	Diligência	20051412352625200000029445365
Decisão	Decisão	20070811201585100000030811284
Petição	Petição	20072014004457200000031113391
Petição - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	20072014004644400000031113393



Poder Judiciário da Paraíba
Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB

()

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO:0800716-59.2018.8.15.0231

CLASSE DO PROCESSO:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO:[Acidente de Trânsito]

Nome: A U T O R : M A R I A J O S E D A S I L V A
Endereço: Nome: M A R I A J O S E D A S I L V A
Endereço: zona rural, s/n, Sítio Ipióca, ITAPOROROCA - PB - CEP: 58275-000

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, fica Vossa Senhoria devidamente **INTIMADO** para realização da PERÍCIA PRESENCIAL e AUDIÊNCIA VIRTUAL, nos dias e horários abaixo indicados:

PERÍCIA PRESENCIAL: 08/10/2020 08h30 - SALA CEJUSC - FÓRUM DE MAMANGUAPE

AUDIÊNCIA VIRTUAL:15/10/2020 - 08h40 - SALA VIRTUAL CONCILIADOR II

SALA DE AUDIÊNCIA VIRTUAL: <https://cnj.webex.com/meet/juizadoespecialmme>

1. A PARTE AUTORA, CINCO DIAS ANTES DA DATA PERÍCIA, DEVERÁ INSERIR NO SISTEMA PJE SEUS EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE RELACIONEM COM A DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL, OU APRESENTÁ-LOS FISICAMENTE NO DIA AGENDADO;
2. NO DIA DA PERÍCIA, PARA EVITAR AGLOMERAÇÃO, DEVERÁ COMPARECER O PERICIANDO DESACOMPANHADO, salvo se restar impossibilitado fisicamente, MUNIDO DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS E EXAMES, SE FOR O CASO;

Mamanguape, 16 de agosto de 2020



EVA WILMA HERCULANO FERNANDES

Técnico Judiciário

Documento datado e assinado eletronicamente – art. 2º, Lei. 11.419/2016”

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	18042615595625900000013599440
1. PETIÇÃO INICIAL - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA	Documento de Comprovação	18042614470316600000013599829
2. PROCURAÇÃO	Procuração	18042614470987700000013599834
3. CPF	Documento de Identificação	18042614471821600000013599841
4. SINISTRO - COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação	18042614472565700000013599852
5. BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	18042614473032300000013599858
6. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	18042614473737900000013599866
7. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	18042614474354500000013599870
Despacho	Despacho	18050409093555200000013717612
Carta	Carta	19030610134377500000019064476
Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento	19042319273558400000020175168
AR	Aviso de Recebimento	19042319273586200000020175169
Contestação	Contestação	19051013500348600000020506871
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_1	Documento de Comprovação	19051013500470300000020506872
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_2	Documento de Comprovação	19051013500578900000020506873
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_3	Documento de Comprovação	19051013500690100000020506874
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	19051013500779400000020507225
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	19051013500860500000020507227
CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos	19051013500952200000020507228
Expediente	Expediente	19071911515420400000022163003
Impugnação - Maria José	Petição	19072309533676500000022220491
IMPUGNAÇÃO CÍVEL DPVAT - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	19072309533807100000022220493
Despacho	Despacho	19111309015271400000025291227
Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos	19112713411137100000020507237
PROCURAÇÃO ATOS SUBS 2016	Procuração	19112713411423900000025663662
SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento	19112713411720700000025663663
Decisão	Decisão	20012310521110200000026670546
ROL DE QUESITOS	Petição	20021109393564300000027157695
ROL DE QUESITOS	Outros Documentos	20021109393607900000027157697
Expediente	Expediente	20030512020765600000027768826
Carta	Carta	20030512021128900000027768827
Expediente	Expediente	20030512021192300000027768828
Mandado	Mandado	20030512021247900000027768829
Petição	Petição	20032009582860100000028210916
2582376_PETICAO_DE_QUESITOS_01	Outros Documentos	20032009582888900000028211125
Petição	Petição	20041317343847100000028680240
2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos	20041317343960000000028680243
2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos	20041317344030600000028680244
Termo de Audiência	Termo de Audiência	20050122111871500000029130376
Expediente	Expediente	20050122111871500000029130376
Expediente	Expediente	20050122111871500000029130376
Diligência	Diligência	20051412352625200000029445365
Decisão	Decisão	20070811201585100000030811284
Petição	Petição	20072014004457200000031113391
Petição - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	20072014004644400000031113393



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado, intimando a autora Maria José da Silva, também conhecida por "D. Nani", de todo o teor do presente mandado que lhe li e que de tudo ficou bem ciente, ofereci-lhe cópia do mandado que aceitou e em seguida exarou sua assinatura. Dou fé.

24 de agosto de 2020

VALDEZ GALDINO DA COSTA



Successfully created



Poder Judiciário da Paraíba
Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0800716-59.2018.8.15.0231
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

Nome: AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

Endereço: Nome: MARIA JOSE DA SILVA

Endereço: zona rural, s/n, Sítio Ipióca, ITAPOROROCA - PB - CEP: 58275-000

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito de Cejusc I - Cível - Família - Fazenda - Mamanguape - TJPB, fica Vossa Senhoria devidamente **INTIMADO** para realização da **PERÍCIA PRESENCIAL** e **AUDIÊNCIA VIRTUAL**, nos dias e horários abaixo indicados:

PERÍCIA PRESENCIAL: 08/10/2020 08h30 - SALA CEJUSC - FÓRUM DE MAMANGUAPE

AUDIÊNCIA VIRTUAL: 15/10/2020 - 08h40 - SALA VIRTUAL CONCILIADOR II

SALA DE AUDIÊNCIA VIRTUAL: <https://cnj.webex.com/join/join?id=especialmme>

1. A PARTE AUTORA, CINCO DIAS ANTES DA DATA PERÍCIA, DEVERÁ INSERIR NO SISTEMA PJE SEUS EXAMES E RECEITAS MÉDICAS QUE POSSUA E QUE SE RELACIONEM COM A DOENÇA / ENFERMIDADE ALEGADA NA INICIAL, OU APRESENTÁ-LOS FISICAMENTE NO DIA AGENDADO;
2. NO DIA DA PERÍCIA, PARA EVITAR AGLOMERAÇÃO, DEVERÁ COMPARECER O PERICIANDO DESACOMPANHADO, salvo se restar impossibilitado fisicamente, MUNIDO DOS SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS E EXAMES, SE FOR O CASO;

Maria Jose da Silva

Mamanguape, 16 de agosto de 2020



EVA WILMA FERREIRA ANDRADES

Técnico Judiciário

Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, I, Lei 11.419/2016

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo:

Título	Tipo	Chave de acesso
Petição Inicial	Petição Inicial	1804.61.5.5625900000013599440
1. PETIÇÃO INICIAL - AÇÃO ORDINÁRIA DE CCFRANC	Documento de Comprovação	1804.61.4.0316600000013599829
2. PROCURAÇÃO	Procuração	1804.61.4.00987700000013599834
3. CPF	Documento de Identificação	1804.61.4.1821600000013599841
4. SINISTRO - COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação	1804.61.4.2565700000013599852
5. BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	1804.61.4.3332300000013599858
6. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	1804.61.4.3737900000013599866
7. DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação	1804.61.4.4354500000013599870
Despacho	Despacho	1804.40.0.1355200000013717612
Carta	Carta	1904.61.13437500000019064476
Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento	1904.31.2.3555400000020175168
AR	Aviso de Recebimento	1904.31.2.3586200000020175169
Contestação	Contestação	1904.01.5.0345600000020506871
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_1	Documento de Comprovação	1904.01.5.0471300000020506872
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_2	Documento de Comprovação	1904.01.5.0579900000020506873
DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_3	Documento de Comprovação	1904.01.5.0691100000020506874
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração	1904.01.5.0779400000020507225
KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração	1904.01.5.0861500000020507227
CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos	1904.01.5.0952200000020507228
Expediente	Expediente	1904.01.515.21404000022163003
Impugnação - Maria Jose	Petição	1904.30.5.3575500000022220491
IMPUGNAÇÃO CÍVEL DPVAT - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	1904.30.5.3507100000022220493
Despacho	Despacho	1914.30.015171400000025291227
Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos	1914.71.411.371.0000020507237
PROCURAÇÃO_ATOS SUBS_2016	Procuração	1914.71.411.123.0000025663662
SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento	1914.71.411.217.0000025663663
Decisão	Decisão	2004.31.5.11112.0000026670546
ROL DE QUESITOS	Petição	2004.10.3.356430.000027157695
ROL DE QUESITOS	Outros Documentos	2004.10.3.31407.0000027157697
Expediente	Expediente	2004.51.016765600000027768826
Carta	Carta	2004.51.01128.0000027768827
Expediente	Expediente	2004.51.01119130.000027768828
Mandado	Mandado	2004.55.01247900000027768829
Petição	Petição	2004.09.5.2561100000028210916
2582376_PETICAO_DE QUESITOS_01	Outros Documentos	2004.09.5.2585900000028211125
Petição	Petição	2004.31.3.3847100000028680240
2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_0	Outros Documentos	2004.31.3.3461000000028680243
2582376_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Arquivo_2	Outros Documentos	2004.31.3.4356000000028680244
Termo de Audiência	Termo de Audiência	2004.12.111.715.000029130376
Expediente	Expediente	2004.12.111.715.000029130376
Expediente	Expediente	2004.12.111.715.000029130376
Diligência	Diligência	2004.41.3.2322000000029445365
Decisão	Decisão	2004.41.2015810.000030811284
Petição	Petição	2004.01.0.4457200000031113391
Petição - MARIA JOSE DA SILVA	Outros Documentos	2004.01.0.4544400000031113393

21/08/2020 11:13



Assinado eletronicamente por: VALDEZ GALDINO DA COSTA - 24/08/2020 22:11:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082422113604800000032112093>

Número do documento: 20082422113604800000032112093

Num. 33556566 - Pág. 2

Certifico e dou fé que procedo com a intimação das partes para acesso ao link da sala virtual, abaixo:

15/10/2020 – 08:40 h - CONCILIADOR II

NOME DO CONCILIADOR: ELIZABETE GOMES

ENDEREÇO SALA VIRTUAL:

<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m5ee685c7ac143b03b7dd4910bd0e5687>

TELEFONE/WHATSAPP: (083) 99145-0360

ATENÇÃO: DEVERÃO AS PARTES ACESSAR O LINK ACIMA INDICADO PARA PARTICIPAREM DO ATO, O QUAL SERÁ GRAVADO, COM O TERMO DE AUDIÊNCIA. QUALQUER IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO DEVERÁ SER COMUNICADO ATÉ O INÍCIO DA AUDIÊNCIA, SOB PENA DE SER CARACTERIZADA AUSÊNCIA INJUSTIFICADA.

TELEFONE/WHATSAPP: (083) 99145-0360

EMAIL mam-civ-cejusc01@tjpb.jus.br



Segue em anexo.





**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DO CEJUSC -
COMARCA DE MAMANGUAPE/PB**

AUTOS Nº: 0800716-59.2018.8.15.0231

MARIA JOSE DA SILVA, já qualificada nos autos do processo identificado em epígrafe, em que contende com **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, igualmente qualificado, vem por meio de sua advogada infra firmada e legalmente constituída, **requerer a juntada do receituário da autora, com data no dia 05.10.2020.**

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa- PB, 6 de outubro de 2020.

ROBERTA ONOFRE RAMOS

OAB/PB 13.425





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Prefeitura de
ITAPOROROCA
Pela Cultura da Gente

RECEITUÁRIO

Nome do Paciente:

Maria José da Silva

Prontuário:

Sítio Ipioca

Data:

/ 20

- PSF
do seu
bairro

Secretaria
de Saúde
do seu
Município

Use Injetável

1) Betatrinta — 03amp
Aplicar 03 amp p via
IM em dias alterne-
dos

Dr. Patrícia Gonçalves de Souza
MÉDICA
CRM-PB 10995

05/10/2020

Dr. Melhore sua letra.

HUMANIZAR É PRECISO



segue



PROCESSO Nº 0800716-59.2018.8.15.0231

Distribuído em
26/04/2018

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**
(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/194)

PERITO _____
BANCA _____
_____ Manhã _____ Tarde

Nome completo: MARIA JOSÉ DA SILVA

CPF: 414.691.254-04

Endereço completo: SÍTIO ITIOPA DE BAIXO, S/N, ZONA RURAL,
ITAPORORÓCA-PB.

Informações do acidente

Local: ITAPORORÓCA-PB.

Data do Acidente: 09/11/2015

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial n.º _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____

João Pessoa/PB, _____ / _____ / 2016.

* Maria José da Silva
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

Membros inferiores direitos e não acometidos.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Sim. As lesões são compatíveis temporariamente com o mecanismo de trauma relatado.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Dr. Ruyssse Dantas de A. Almeida
Médico
CRM: 70581/PB 21421/PE

Dr. Raphael de Sá
Médico
CRM: 11997



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

*Pericando reflexo patelar de tibia direita, tendo nódulo submetatarsal
apertadamente ungueolar, evoluindo com nódulo claudicante e limita-
ção de flexo-extensão e instabilidade em pé direito. Pericando
reflexo patelar de tibia esquerda evoluindo com*

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09 o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☐ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☒ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima). *de 2º quadrante esquerdo*

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1º Lesão

2º quadrante esquerdo ☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2º Lesão

Membro inferior direito ☒ 10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º Lesão

☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4º Lesão

☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

Managem quipe 08/10/2020.

Assinatura do médico - CRM

Dr. Rogério de Sá

CRM: 7058/PB 21421/PE

Dr. Rogério de Sá
Médico
CRM 7058/PB 21421/PE

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Mamanguape, Estado de Paraíba.

Por meio do presente expediente, venho, respeitosamente, **REQUERER** o pagamento dos honorários advocatícios, referente a perícia médica realizada nos autos do processo 0800716-59-2018, 815.0231, mediante depósito/transfêrencia para conta bancária de minha titularidade (credor marcar com um "x" sua identificação):

Dr. ROBERTO PIRES DE ALMEIDA - CRM n. 7118/PB e CPF: 034.891.584-58/conta bancária: **BANCO DO BRASIL** AGÊNCIA: 3502-5, CONTA CORRENTE: 7898-0.

Dr(a). RAYSSA DANTAS DE AZEVEDO ALMEIDA - CRM n. 7058/PB e CPF: 039.729.004-73/conta bancária: **BANCO DO BRASIL**, AGÊNCIA: 5026-1, CONTA CORRENTE: 11.957-1.

Nestes termos, pede deferimento.

Mamanguape/PB, 08 de outubro de 2020.

Rayssa Dantas de A. Almeida
CRM: 7058/PB 21421/PF
Médico Perito

INDEPENDENTEMENTE DE CONCLUSÃO
D E S P A C H O

Considerando a realização da perícia técnica judicial pelo(a) requerente, **DEFIRO** o pedido de liberação dos honorários periciais, ao tempo em que determino seja realizada a transferência do montante, na forma acima requerida.

Mamanguape/PB, _____ de outubro de 2020.

Juliana Duarte Maroja
Juíza de Direito - Coordenadora do CEJUSC
Comarca de Mamanguape/PE



Certifico e dou fé que faço juntada do termo de audiência e nao foi possível fazer a gravação da audiencia por falha técnica.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE MAMANGUAPE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC)

Processo n. 0800716.59.2018.815.0231

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) dia(s) 15 de outubro de 2020, 08 horas e 40 minutos, na sala de audiências virtual do Juizado Especial Misto da Comarca de Mamanguape/PB, onde presente se encontrava a MM. Juíza de Direito desta Vara, Dra. **Juliana Duarte Maroja**, Elizabete Gomes da Silva como Supervisora/Conciliadora e demais conciliadores (em formação) abaixo relacionados, foi aberta audiência virtual, nos Autos da ação em epígrafe.

PRESENTES

Juíza de Direito: Dra. Juliana Duarte Maroja

Conciliador/Supervisora: Elizabete Gomes da Silva

Mediadores/Conciliadores (em formação)

Iluliane Maria Gadelha Correia

João Pinheiro de Melo Neto

Letycia Ferreira Gomes

Maria Júlia Souza Diniz

Marina Dantas de Moraes

Giuseppe Emmanuel Lyra

Maria do Socorro Fernandes da Costa

Parte autora: MARIA JOSÉ DA SILVA

Advogado: Dr(a). Roberta Onofre Ramos, OAB/PB 13425.

Parte promovida: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Advogado: Dr(a). Suélio Moreira Torres OAB/PB n. 15.477

Preposto: André Luiz Ferreira Vasconcelos Sobrinho CPF: 062.303.134-56

Presentes as partes acima nominadas, bem como seus advogados e o preposto da seguradora Líder.

RESUMO DOS ACONTECIMENTOS

Aberta a audiência, não houve acordo. Segundo o advogado da parte promovida, o dr(a). Suélio Moreira, "A seguradora não apresenta proposta, já constando perícia nos autos, pelo que o mesmo será resolvido em julgamento". Ato contínuo, as partes não chegaram a um denominador comum. Em seguida, pela M.M. Juíza foi dito: "Devolva o presente feito ao Juízo de origem". Nada mais havendo a tratar, mandou a MM. Juíza encerrar este termo que, depois de lido e achado conforme, foi devidamente assinado.

Conciliador(a)

Conciliadores/Mediadores(em formação)

Juliana Duarte Maroja, Juíza de Direito

Assinado eletronicamente por: JULIA RAMALHO SOUTO - 22/10/2020 10:05:14

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102210051492200000034176245>

Número do documento: 20102210051492200000034176245

Num. 35783921 - Pág. 1



Promovido Advogado



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 2ª VARA MISTA DE MAMANGUAPE/PB

Processo: 08007165920188150231

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 28/09/2016

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 3.307,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARIA JOSE DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00044

CONTA: 000000089058-0

Nr. da Autenticação DAAD3FC8820F9D79

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

O laudo produzido apresentou a seguinte conclusão:

b.1 ☒ **Parcial Completo** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima). *de 2° quadrante esquerdo*

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <i>1º quadrante esquerdo</i>	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão <i>Remanescente inferior direito</i>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Assim, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar o enquadramento da invalidez conforme seguimento corporal acometido, bem como o grau de repercussão indicado pelo expert, em pleno atendimento à Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ,, considerando ainda, o pagamento efetuado em sede administrativa a monta de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MAMANGUAPE, 11 de novembro de 2020.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Mamanguape

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800716-59.2018.8.15.0231

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc.,

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por **MARIA JOSE DA SILVA**, qualificado(a) nos autos e através de advogado legalmente constituído, em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, também identificado(a) no encarte processual, alegando que sofreu acidente de trânsito em via terrestre.

Aduz, em síntese, ter sido vítima de acidente de trânsito causado por veículo automotor de via terrestre, sendo indenizada pela ré após pedido administrativo.

No entanto, alega que o montante indenizado pela ré não corresponde ao valor previsto em lei, o que motivou o ajuizamento da presente ação, requerendo, ao final, a procedência do pedido, condenando a demandada ao pagamento da diferença entre o valor recebido por via administrativa e o valor estabelecido em lei.

Juntou documentos.

Devidamente citada, a demandada apresentou contestação, arguindo preliminares e, no mérito, pugnou pela improcedência do pedido, uma vez que já ocorreu a quitação total da indenização do DPVAT em via administrativa.

A parte autora apresentou impugnação.

Laudo pericial (id.35259700) e audiência para tentativa de conciliação infrutífera (id. 35783921).



Houve manifestação da parte ré acerca do laudo pericial realizado (id. 36647108).

É o que importa relatar. DECIDO.

Inicialmente, alega o promovido em sua contestação que o processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, por não ter o autor acostado aos autos toda a documentação necessária para embasar a sua pretensão.

De plano, rejeito a referida preliminar, por não restar evidente a omissão do promovente conforme alegado pela demandada, restando sobejamente acostada à peça vestibular o laudo médico atestando as lesões sofridas pelo(a) autor(a) em decorrência do acidente na direção veículo automotor, além da certidão de ocorrência lavrada pela autoridade policial, não se sustentando a preliminar aventada pela seguradora nesse ponto, cabendo ao promovente optar por pleitear judicialmente a indenização ou peticionar na esfera administrativa.

A presente ação se fundamenta na Lei nº 6.194/74, que “ dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por carga, às pessoas transportadas ou não”.

No que diz respeito ao valor da indenização, esclarece-se que o seguro DPVAT tem por objetivo garantir a satisfação de indenização das vítimas de acidentes causados por veículos automotores que circulam por vias terrestres, cobrindo danos pessoais decorrentes deste tipo de evento danoso.

Ainda estabelece o art. 3º da Lei do DPVAT, o que segue:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º, desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:



I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

A graduação da invalidez da vítima de acidente de trânsito foi introduzida pela Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009, que atualmente regula a matéria em seus artigos 30 a 32.

A respeito dessa questão, a Súmula n. 474 do STJ, disciplina que “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.”

Sendo imprescindível a graduação da invalidez da vítima do acidente de trânsito, imperativo aplicar os percentuais previstos na tabela criada pela Lei nº 11.945/2009.

A Lei n. 6.194/74 dispõe em seu art. 3º, inc. II, §1º acerca da classificação da invalidez como total ou parcial, subdividindo-se esta em completa ou incompleta, conforme a extensão da perda anatômica ou funcional. Determina, também, que deverá ser realizado o enquadramento da lesão em um dos segmentos da tabela anexa à Lei, para fins de estabelecimento do percentual da perda suportada.

In casu, de acordo com o laudo pericial técnico (id. 35259700) realizado e subscrito pelo Dr. Raphael de Sá, inscrito no CRM 11.997/PB, o(a) autor(a) restou acometido(a) de dano parcial completo no primeiro quirodáctilo de forma residual (10%) e, ainda, perda anatômica e/ou funcional completa do membro inferior direito no patamar leve (25%).

Sendo assim, considerando as duas lesões sofridas pela parte autora, faz jus o demandante, nesse ponto, **a uma indenização total no valor de R\$ 3.847,50 (três mil e oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)**, sendo, R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) correspondente ao dano parcial completo no primeiro quirodáctilo esquerdo (primeira lesão), e R\$ 2.362,50 (cento e trinta e cinco reais), que corresponde ao dano parcial no membro inferior direito (segunda lesão).

Outrossim, fora realizado o pagamento administrativo da indenização securitária pela seguradora no importe de R\$ 3.307,50 (três mil e trezentos e sete reais e cinquenta centavos), de sorte que caberá à ré, com base no que restou diagnosticado por perícia realizada em juízo, o desembolso **do valor residual de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais)**.



Diante do exposto, na forma do art. 487, I, do CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, pelo que, condeno a parte demandada a pagar a parte autora o valor de **R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais)**, incidindo juros de mora de 1% ao mês desde a citação inicial, e correção monetária pelo INPC desde a data do evento danoso.

Condeno a promovida ao pagamento integral das custas processuais e honorários advocatícios, estes à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Condeno a promovida ao pagamento integral das custas processuais e honorários advocatícios, estes à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Publicada e registrada eletronicamente. Intime-se.

Escoado o prazo sem recurso voluntário, certifique o trânsito em julgado e intime-se a parte autora para requerer o cumprimento da sentença em 5 dias. Em caso de inércia, arquivem-se os autos.

Interposta apelação, intime-se para contrarrazões e, após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, independente de nova conclusão.

Cumpra-se.

Mamanguape, data e assinatura eletrônicas.

CANDICE QUEIROGA DE CASTRO GOMES ATAÍDE

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO



Segue em anexo.





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DE
MAMANGUAPE – PARAÍBA.

Processo n.º 0800716-59.2018.8.15.0231

AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MARIA JOSE DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, à presença de V. Exa., através de sua advogada infra assinada, **REQUERER** a **execução/cumprimento de sentença**.

Inicialmente, destaca-se dispositivo de sentença ID 38811453, *in verbis*:

Diante do exposto, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, pelo que, condeno a parte demandada a pagar a parte autora o valor de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), incidindo juros de mora de 1% ao mês desde a citação inicial, e correção monetária pelo INPC desde a data do evento danoso.

Condeno a promovida ao pagamento integral das custas processuais e honorários advocatícios, estes à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Condeno a promovida ao pagamento integral das custas processuais e honorários advocatícios, estes à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Publicada e registrada eletronicamente. Intime-se.

Em seguida, não foram interpostos recursos pelas partes, sendo configurado o trânsito em julgado.

Dessa forma, haja a vista ausência recursal, **requer** o **início da execução de sentença** com a consequente **intimação da Promovida/Executada** para efetuar o **depósito/pagamento da condenação**, devidamente corrigido e no prazo de 15 dias, na quantia de **R\$ 934,04 (novecentos e trinta e quatro reais e quatro centavos)**, conforme cálculos em anexo, sob pena de aplicação de multa de 10% (Multa - Novo CPC Art. 523 §1º Lei 13.105/15).

Termos em que, Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 02 de março de 2021.

ROBERTA ONOFRE RAMOS
OAB-PB 13.425

RAFAELA LIMA MOURA DE ARAÚJO
OAB-PB 26.373





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA PARAÍBA**



Este cálculo é apenas uma simulação e essa é uma ferramenta de auxílio, portanto, não possui valor legal.

**CÁLCULO DE CORREÇÃO MONETÁRIA
RESUMO DO CÁLCULO**

PROCESSO: Número de processo não informado

CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA: Índices oficiais (ORTN, OTN, BTN e INPC)

TERMO FINAL (ATUALIZAR ATÉ): 01/03/2021

TAXA DE JUROS MORATÓRIOS: 1,00% a.m. - juros simples - a partir de 20/03/2019

VALORES DEVIDOS

Termo inicial	Valor	Valor corrigido	Juros a partir de	Juros do período(%)	Juros do período(\$)	Total(\$)
09/11/2015	540,00	684,78	20/03/2019	24,00%	164,35	849,13
Débitos atualizados até 01/03/2021						R\$ 849,13

OUTRAS DESPESAS

#	Tipo de despesa	Valor da despesa	Subtotal(\$)
1	Honorários advocatícios (10,00%)	84,91	934,04
Total geral da condenação atualizado até 01/03/2021			R\$ 934,04

Cálculo realizado em 01/03/2021

Página 1 de 1

